

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 04/03/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 04 de Março de 2020 - 20:40

Fazcultura: Governo do estado destina R\$ 15 mi para cultura através de renúncia fiscal



O governador Rui Costa assinou, nesta quarta-feira (4), um decreto que destina R\$ 15 milhões em apoio a projetos e atividades culturais na Bahia. A título de incentivo fiscal, os recursos serão aplicados através do Programa Estadual de Incentivo ao Patrocínio Cultural (Fazcultura).

A aprovação do investimento, que corresponde ao exercício financeiro de 2020, será publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) desta quinta-feira (5). O Fazcultura tem como objetivo promover ações de patrocínio tendo como base renúncia de recebimento do **Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)** pelo estado.

Além de aportar o valor autorizado do ICMS que seria pago, a empresa deve investir um percentual de recursos próprios nos projetos e atividades culturais.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 04/03/2020	Coluna: Economia



GOVERNO AUTORIZA R\$ 4,5 MILHÕES PARA APOIO AO ESPORTE BAIANO



4 Março, 2020

O Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador Olímpico e Paralímpico (FazAtleta) vai investir R\$ 4,5 milhões, a título de incentivo fiscal, em apoio ao esporte na Bahia. A aprovação dos recursos, correspondente ao exercício financeiro de 2020, foi assinada pelo governador Rui Costa nesta quarta (4) e será publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) desta quinta-feira (5).

Criado em 1999, o FazAtleta é destinado a atletas, equipes e eventos. O apoio inclui o pagamento de despesas em viagens, aluguel de equipamento esportivo, contratação de seguro de vida e aquisição de material esportivo, além de bolsa-auxílio para o atleta que se dedica exclusivamente à prática esportiva e remuneração do técnico que o acompanha, dentre outros benefícios.

O programa funciona por meio da concessão de abatimento no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é dado a empresas situadas na Bahia e que apoiam financeiramente projetos.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 05/03/2020	Coluna: Economia



GOVERNO DESTINA R\$ 15 MI A PROJETOS E ATIVIDADES CULTURAIS



5 Março, 2020

O governador Rui Costa assinou decreto que destina R\$ 15 milhões em apoio a projetos e atividades culturais na Bahia, a título de incentivo fiscal. Os recursos serão aplicados por meio do Programa Estadual de Incentivo ao Patrocínio Cultural (Fazcultura). A aprovação do investimento, que corresponde ao exercício financeiro de 2020, será publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) desta quinta-feira (5). Instituído pela Lei nº 7.014/1996, o Fazcultura tem como objetivo promover ações de patrocínio tendo como base renúncia de recebimento do Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) pelo Estado. Além de aportar o valor autorizado do ICMS que seria pago, a empresa deve investir um percentual de recursos próprios nos projetos e atividades culturais.

Veículo: Blog Baiano News	Caderno: Bahia
Data: 05/03/2020	Página: --



BAHIA

Rui assina decreto de R\$ 15 milhões para projetos culturais

O investimento será feito por meio do Fazcultura

05/03/2020 08h24

Por: Redação



O governador Rui Costa assinou um decreto que destina R\$ 15 milhões em financiamento a projetos e atividades culturais na Bahia, a título de incentivo fiscal. O dinheiro será aplicado por meio do Programa Estadual de Incentivo ao Patrocínio Cultural (Fazcultura).

A aprovação do valor, que corresponde ao exercício financeiro de 2020, será publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) na edição desta quinta-feira (5).

Fazcultura

Instituído pela Lei nº 7.014/1996, o Fazcultura tem como objetivo promover ações de patrocínio tendo como base renúncia de recebimento do Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) pelo Estado.

Além de aportar o valor autorizado do ICMS que seria pago, a empresa deve investir um percentual de recursos próprios nos projetos e atividades culturais.

Veículo: Rádio A Tarde FM	
Data: 04/03/2020	Programa: Isso é Bahia
Assunto: A Bahia vai ganhar mais de <u>60 novos voos semanais</u> .	

Data: 04/03/2020

Hora: 08:15:06

Duração: 00:00:56

Emissora: A TARDE FM

Programa: ISSO É BAHIA

Apresentador(a): JEFFERSON BELTRÃO

Categoria:

Citação Direta: Não

Impacto: NEUTRO

Sinopse: A Bahia vai ganhar mais de **60 novos voos semanais**. A novidade faz parte do programa de incentivo do Governo do estado. Cita ICMS.



MARINA SILVA/ARQUIVO CORREIO

Câmara recebeu projeto, mas ainda não tem prazo para votar a pauta

●● A gente se reuniu com o secretário de gestão para discutir a alteração do percentual de contribuição. Queremos dialogar mais
Bruno Caririnha
Coordenador geral do Sindseps

sentadoria, não sentirá qualquer alteração. “Basicamente, conseguimos montar um projeto que reduz, inclusive, alguns requisitos como a idade mínima, em comparação com a reforma da Previdência aprovada pelo Governo Federal”, explica.

Outro avanço da proposta municipal em relação à legislação federal envolve a concessão da pensão por morte. Na regra federal, o valor da pensão é de 50% do vencimento, acrescido de uma cota de 10% por dependente. Nesse caso, para se alcançar 100% do benefício, é preciso haver cinco dependentes. No projeto da Prefeitura, o benefício também é de 50%, só que acrescidos de 15% por dependente. Dessa forma, se alcança os mesmos 100% com quatro dependentes.

CONTRIBUIÇÃO

Atualmente, a alíquota paga pelos servidores é de 11%. O município, no entanto, propõe um reajuste para o funcionalismo de 14%. A tributação dos inativos também fica em 14% sobre os valores que superem quatro salários mínimos (R\$ 4.180). Ainda de acordo com Dantas, a alteração segue os requisitos exigidos pela União.

“Este é um ponto que é objeto hoje de uma portaria do Ministério da Economia. A gente não pode estipular cotas menores do que o que está estabelecido pela Constituição Federal. A portaria torna esta adequação necessária”.

O Programa de Renovação da Previdência que integra a reforma prevê também a criação de uma poupança pública pra ajudar a reforçar o caixa e garantir o pagamento dos aposentados daqui a 25 anos. “É, sem dúvida, uma grande novidade. Não estamos propondo apenas uma adequação ou reforma legislativa, mas sim um programa amplo de renovação e investimentos na Previdência municipal. Melhorando controles e processos, tornando-os mais transparentes, investindo em tecnologia e, principalmente buscando o equilíbrio financeiro com esta nova poupança”, completa.

Para o coordenador geral do Sindicato dos Servidores da Prefeitura de Salvador (Sindseps), Bruno Caririnha, ainda há muito o que se debata sobre a reforma. A categoria deve realizar uma assembleia na próxima terça-feira (10). “A gente se reuniu com o secretário de gestão, principalmente, para discutir a alteração do percentual de contribuição. Para nós, os 14% é um prejuízo. Queremos dialogar mais”.

Idade menor para a aposentadoria

Priscila Natividade
REPORTAGEM
priscila.oliveira@reddebahia.com.br

Prefeito envia texto da reforma da previdência para a Câmara

O prefeito ACM Neto encaminhou, ontem, à Câmara de Vereadores, um projeto e uma emenda à Lei Orgânica que tratam da adequação do Fundo de Previdência Municipal do Servidor (Fumpres) às novas legislações previdenciárias federal e estadual.

Com prazo final previsto para o mês de julho, a adequação é uma exigência do governo federal, já que os municípios precisam se ajustar à nova legislação para garantir o Certificado de Regularidade Previdenciária. Sem esse certificado, os municípios ficam inabilitados para receber repasses de recursos financeiros da União.

“Com um projeto muito mais brando, e que queremos aprovar com discussão, sem passar trator, a Previdência do município vai se adequar



●● Com um projeto muito mais brando, e que queremos aprovar com discussão, a Previdência do município vai se adequar agora às novas legislações federal e estadual
ACM Neto
Prefeito de Salvador

agora às novas legislações federal e estadual. Se não agirmos com responsabilidade agora, Salvador poderá ter, em um futuro próximo, um gasto de mais de R\$1 bilhão por ano apenas com benefícios previdenciários”, pontua ACM Neto.

O projeto de Reforma da Previdência dos servidores municipais já chegou à Câmara, porém, a data de votação da matéria só será definida em reunião do Colégio de Líderes. O líder do governo na Câmara, Paulo Magalhães, afirma que o projeto vai ser discutido “sem pressa”.

“Vamos discutir o projeto da forma mais democrática possível. Fazer audiências do texto para que a reforma possa ser votada sem problemas”, explica.

PONTOS PRINCIPAIS

As mudanças que impactam um universo de 30 mil servidores, entre ativos e inativos, visam reduzir, a médio e longo prazo, em cerca de 40% o déficit previdenciário do município, que soma, historicamente, o montante de R\$ 7,2 bilhões. Entre as mudanças mais importantes está a idade mínima. Em comparação à proposta federal, aprovada

pelo Congresso Nacional no final do ano passado, a Prefeitura de Salvador propõe para os novos servidores idades mínimas um ano menores do que as definidas pela União. Ou seja, 64 anos para homens e 61 para mulheres.

No caso dos professores da rede, as idades mínimas passam a ser de 59 anos para os homens e 56 anos para as mulheres. Além disso, como determina a legislação federal, para efeito de aposentadoria, é preciso ter 25 anos de contribuição, dez anos de serviço público e cinco anos de exercício no cargo.

De acordo com o secretário Municipal de Gestão (SEMGE), Thiago Dantas, um dos principais ganhos da proposta está em tornar mais brandas as mudanças, não só em comparação com as leis federais e estaduais, mas também com o projeto de outras prefeituras do país.

“Estamos cumprindo uma determinação federal com uma proposta bem mais branda do que tem sido feita em outras unidades da federação, como São Paulo, por exemplo, que tem um impacto muito mais severo do que está sendo proposto”.

Quem é servidor e já cumpriu os requisitos para apo-



●● A gente não pode estipular cotas menores de contribuição do que o que está estabelecido pela Constituição Federal
Thiago Dantas
Secretário de Gestão do município, sobre o novo projeto de reforma municipal

CONFIRA AS PRINCIPAIS MUDANÇAS

● IDADE GERAL

Como é hoje Atualmente a idade mínima para aposentadoria para os homens é de 60 anos e tempo de contribuição de 35 anos. Já para as mulheres, a idade mínima é de 55 anos e 30 anos de contribuição.

Como fica Os novos servidores que ingressarem na carreira a partir de agora têm idades mínimas um ano menores do que as definidas pela União – ou seja, 64 anos para homens e 61 para mulheres.

● IDADE PROFESSORES

Como é hoje Professores podem se aposentar com idade mínima de 55 anos e contribuição de 30. No caso das professoras, a idade de contribuição cai para 25 e a idade mínima é de 50 anos.

Como fica As idades mínimas

propostas são de 59 anos para homens e 55 anos para mulheres. Além disso, como determina a legislação federal, para efeito de aposentadoria é preciso ter 25 anos de contribuição, dez anos de serviço público e cinco anos de exercício no cargo.

● PENSÃO POR MORTE

Como é hoje É garantida a totalidade da remuneração até o limite máximo estabelecido pelos beneficiários do INSS em 2019 (R\$ 5.839,45), acrescido de 70% da parcela excedente deste limite.

Como fica No projeto da Prefeitura, o benefício é de 50%, só que acrescidos de 15% por dependente. Nesse caso, para se alcançar 100% do benefício é necessário que o servidor municipal tenha quatro dependentes.

● ALIQUOTA DE CONTRIBUIÇÃO

Como é hoje A alíquota paga, atualmente, pelos servidores municipais é de 11%.

Como fica A alíquota de contribuição proposta pela Prefeitura para o funcionalismo é de 14%. A tributação dos inativos fica em 14% sobre os valores que superem quatro salários mínimos (R\$ 4.180).

● POUPANÇA PÚBLICA

Como é hoje Não existe nenhum modelo deste tipo para os servidores atualmente.

Como fica A iniciativa prevê a criação de Poupança Pública para o Fundo de Previdência, com alíquota extraordinária custeada exclusivamente pelo Tesouro Municipal. Essa alíquota é de 0,8% sobre a folha dos servidores ativos.



NELSON CADENA

correio24horas.com.br/24h/nelsoncadena

RESSACA DO CARNAVAL

Todos os serviços prestados ao público no Carnaval são eficientes porque são objeto de um planejamento que começa na quarta-feira de cinzas

Se o Carnaval durasse o ano inteiro, teríamos na Bahia os melhores serviços públicos que o cidadão pode usufruir. Infelizmente, dura uma semana e tanto. É que no Carnaval tudo funciona. Tem sido assim nos últimos 40 anos. Provavelmente, era assim antes. Constatado, porém, o que eu tive a oportunidade de assistir.

Durante o reinado de Momo funciona a limpeza pública, funciona a Coelba, funciona o sistema de transportes, funcionam os serviços de saúde e funcionam, dentro do possível, os serviços sanitários. Funciona, também, a segurança pública, injustamente alvejada por artistas em busca de holofotes, no alto do trio, ou, por artistas fragilizados emocionalmente, ressentidos, e, no contexto geral, pelas redes sociais.

Todos os serviços prestados ao público durante o Carnaval são eficientes porque são objeto de um planejamento que começa na quarta-feira de cinzas e a sua execução é coordenada por pessoas que desenvolveram uma expertise única nessa matéria. E isso fica mais evidente quando vemos as dificuldades em lidar com essa prestação de serviços em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, onde o Carnaval de rua cresce ano após ano e com ele os problemas que nós já resolvemos há muito tempo.

Ocorre que a percepção de críticas nas redes sociais acaba sendo maior do que a de satisfação do internauta. As empresas que fazem monitoramento sobre a matéria sabem disso. O nível de satisfação de quem brinca o carnaval é exponencialmente maior, disparado, do que a insatisfação por um banheiro sujo, um ônibus atrasado, ou uma cerveja quente. Não conheço os números atuais, mas, pela experiência de quatro ou cinco anos atrás, era algo do tipo 90% de satisfação, contra 10% de críticas.

No caso específico da PM, devemos nos orgulhar por contar com a eficiência da corporação em matéria carnavalesca. Não é de hoje. Uma das surpresas que tive quando pesquisava para escrever meu livro sobre a História do Carnaval foi encontrar o planejamento da Secretária de Segurança Pública, de início da década de 70, com 50/60 páginas detalhando as ações para inibir a violência durante a festa. A segurança pública já era planejada e não fruto de improvisação. O que foi sendo aprimorado com o tempo, na interação com outros órgãos públicos e na participação da Polícia, com assento no Conselho do Carnaval.

Na última década houve menos de 10 mortes nos circuitos do Carnaval. Neste ano, nenhuma. Essa estatística diz tudo. Então por que a polícia é o alvo entre os serviços públicos prestados? Ninguém filma o cidadão sendo atendido no posto de saúde, ou o garfimpando a rua. Mas registra e posta nas redes o policial batendo no brigão, ou no ladrão, e daí a percepção negativa. Ninguém gosta de ver alguém apanhando. É da natureza do serviço dominar o infrator com uma chave de braço ou com golpes de cacetetes. O que importa é que a polícia garante ao baiano e ao turista – centenas de milhares de pessoas na rua – uma segurança eficaz para o contexto de multidões. É só aferir os números.

Penso que o nosso inconsciente transfere para o Carnaval a má imagem de uma polícia que no cotidiano comete excessos. Alguns elementos apenas, mas, potencializado pela mídia que vende audiência com a exibição desses episódios. E tem que ser assim para inibir o mau comportamento, ou treinamento inadequado, dentro da corporação. Sel que no próximo Carnaval a Polícia Militar será objeto de críticas novamente, infelizmente, porque é injusto, diante do trabalho realizado e dos resultados. Entendo, porém, que isso também é da natureza, da profissão.

Nelson Cadena é publicitário e jornalista. escreve às quintas-feiras

Reforma cria uma poupança pública inédita

Uma das principais novidades que contemplam o texto da Reforma da Previdência dos Servidores Municipais enviado à Câmara de Vereadores pela Prefeitura está na criação de uma Poupança Pública. Segundo o prefeito ACM Neto, a iniciativa integra o Programa de Renovação da Previdência Municipal. Inteiramente financiada pelo Tesouro do Município, a expectativa é que em 25 anos a poupança chegue a acumular algo em torno de R\$ 830 milhões.

“Quando assumimos a Prefeitura, adotamos uma série de medidas de ajuste fiscal, colocando ordem nas contas públicas, e focamos também na questão previdenciária. Se não fossem essas iniciativas, a dívida hoje da Previdência seria de R\$ 10 bilhões”, afirma Neto.

Os recursos só podem ser utilizados após 25 anos e exclusivamente para o pagamento de inativos e pensionistas. A alíquota é de 0,8% sobre a folha dos servidores ativos, como acrescenta o prefeito, e deve reduzir a médio e longo prazo, em cerca de 40%, o déficit previdenciário do município, que soma, historicamente, o montante de R\$ 7,2 bilhões.

“Com as providências que tomamos e mais a nova legislação vamos reduzir esse déficit e gerar uma poupança, que é uma iniciativa histórica”, completa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 002/2020 – SRP
OBJETO – Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículo automotor. Zero Km, para atender as demandas da Secretaria de Saúde, deste município de Malhada - Bahia, de acordo com as especificações do Termo de Referência. Abertura: 17/03/2020 às 09h00min. O Edital a ser lido no site: www.malhada.ba.gov.br ou no local da Prefeitura Municipal, das 08:30 às 14:00 horas. Informações gerais através do telefone: (77) 3691-2145 ou pelo e-mail: licitacao@malhada.ba.gov.br. Pregoeiro: João Batista Pereira da Souza.

TPC LOGÍSTICA NORDESTE S.A. - CNPJ nº 13.332.013/0001-09
EDITAL - A Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB em cumprimento do art. 2º da Instrução Normativa nº 72 do 19/11/2019 do DREL, autóloga a empresa de Amazônia Geral TPC LOGÍSTICA NORDESTE S.A estabelecida no ACS B, nº 562, Quadra 2, Lote 25 e 11, GIARDIÚ, CEP 43.702-000, município de Simões Filho, Estado da Bahia, com registro arquivado na JUCEB sob o NIRE nº 29-3-02001954, em 02/03/2011, inscrita no CNPJ nº 13.332.013/0001-09, publicamos e apresentamos Edital em virtude da aprovação da matrícula do seu Fiel Depositário o Sr. **GIOVANI MILANO CUCCO**, brasileiro, casado, Gerente Operacional, residente e domiciliado à Rua João Mártires da Oliveira, lote 09 - casa 05, bairro 5 empresas, município de Luana de Freitas, Estado da Bahia, CEP 42.710-170, portador da carteira de identidade nº 3032567301 SSP/RS e CPF nº 667.724.370-40, informando, para conhecimento da interessada, que a empresa acima, tem capacidade de armazenamento para açúcar, café, arroz, cereais, laticínios e grãos e outras mercadorias conforme especificações, da ordem de 2.500 toneladas, possui em seu armazém carga geral, eletrodomésticos, alimentos, fármacos, infâmicos, máquinas e equipamentos, peças autopeças, e químicos; possui Clube Sociais Brasil S/A optante nº 17.00054172; operação e transporte de armazenagem; identificação de senhas; tudo de acordo com o regulamento interno, laudo técnico e tabela de remuneração devidamente arquivados na JUCEB, sob nº 9113322, em 16/04/2012. Ass. Tiana Regina M. Góes Araújo - Secretária Geral.

COOPERATIVA DE CATADORES AGENTES ECOLÓGICOS DE CANABRAVA
CNPJ: 05.754.236/0001-37
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A presidente da COOPERATIVA DE CATADORES AGENTES ECOLÓGICOS DE CANABRAVA, no uso de suas atribuições estatutárias, com base no Art. 19º do Estatuto Social, convoca os Senhores associados que nesta data são em número 55, todos aptos a exercer seu direito de voto, para a Assembleia Geral Ordinária - AGO, a realizar-se no seu sede social, na Rua da Mouraria, nº 04, Granja Ruínas Presidente Vargas, Pimó - Bahia, no dia 16/02/2020, em 1ª convocação às 8:30h com 2/3 dos associados, em 2ª convocação às 9:30h com metade dos associados e em 3ª e última convocação às 10:30h com no mínimo 1/3 dos associados para tratar do seguinte Ordem do Dia: 1) Prestação de contas dos exercícios de 2018 a 2019, compreendendo: a) Relatório da gestão dos exercícios de 2018 e 2019; b) Balanço dos exercícios de 2018 e 2019; c) Demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade dos exercícios de 2018 e 2019; 2) Distribuição das sobras apuradas ou relato das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, incluindo-se, no primeiro caso as parcelas para os Fundos Constituídos nos exercícios de 2018 e 2019; 3) Eleição e posse do Conselho Fiscal para o exercício de 2020; 4) Eleição e posse do Conselho de Administração; 5) Admissão, Demissão, Eliminação e Exclusão de Cooperados.

SECRETARIA DA SAÚDE Estado da Bahia
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 034/2020 - ID: 804468 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - DIRETORIA DE LICITAÇÃO.
Abertura: 15/03/2020, às 10:00h (HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF). Objeto: Aquisição de materiais equip. de uso hospitalar (Atadura, Embalagem, Coter e Compressa) "Registro de Preço". Família: 65.15 / 65.10. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: proc@despina.sa.gov.br, telefone: (71) 3415-4348 / 3415-4307 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30h às 17:30h no endereço: 4ª Avenida, nº. 400, Plataforma VI, Lado "A", Térreo, Diretoria de Licitação - Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-002, Salvador - BA, 03/03/2020. **Priscila de Oliveira - Pregoeiro (a) Oficial.**

SESAB
TPC LOGÍSTICA NORDESTE S.A. - CNPJ nº 13.332.013/0001-09
TARIFA REMUNERATORIA DE SERVIÇOS - CARGA GERAL

1. Armazenagem (valor mínimo por período de armazenagem de 15 dias ou fração)	
1º Período.....	R\$ 600,00
2º Período.....	R\$ 600,00
3º Período subsequentes.....	R\$ 600,00
Recolha/entrega portão terminal	R\$ 300,00
Desvolução de contêiner vazio ao depót.....	R\$ 190,00
Tarifa de presença de carga por dia.....	R\$ 130,00
Tarifa para carga com estufa do Sésab.....	R\$ 124,00
2. Tabela de Seguros - (id valerem sobre o valor da nota fiscal de armazenagem (período de 15 dias ou fração).	
6,15% sobre o valor das notas fiscais "Remessa para Armazenagem"	
3. Movimentação Mecânica -	
Por carga em truck.....	R\$ 240,00
Por carga em carreta.....	R\$ 442,00
4. Movimentação Manual - (carga solta)	
Por carga em truck.....	R\$ 392,00
Por carga em carreta.....	R\$ 548,00
Obs. O critério para aplicação das tarifas de armazenagem e movimentação (mecânica ou manual), será baseado nos características das mercadorias.	
5. Destaque e Movimentação	
Margem por unidade de 20".....	R\$ 437,00
Margem por unidade de 20".....	R\$ 300,00
Margem por unidade de 40".....	R\$ 554,00
Margem por unidade de 40".....	R\$ 448,00
6. Condições Gerais:	
a. A empresa deverá o critério de aplicação da "tarifa base" e da tarifa de movimentação, de acordo com o planejamento da empresa;	
b. Faturamento mínimo por lote: R\$ 1.000,00	
c. O prazo de movimentação será cobrada uma só vez, na entrada ou saída no primeiro prazo do lote;	
d. Os serviços serão faturados todo dia 15 e 30 de cada mês, para pagamento em 10 dias;	
e. As mercadorias depositadas não serão dadas e exclusivamente pelo armazém geral, em seu nome;	
f. Para produtos perecíveis a tarifa de armazenagem será cobrada em dobro.	

Simões Filho/BA, 01 de Março de 2020 - TPC LOGÍSTICA NORDESTE S.A.

mercado

‘O que é PIB?’, pergunta Bolsonaro em tom de ironia

Presidente pede a humorista que responda à imprensa; para Guedes, economia acelera lentamente

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro ironizou o aumento de 1,1% do PIB no ano passado, resultado que representa o terceiro ano seguido de crescimento fraco da economia. Na entrada do Palácio da Alvorada, onde cumprimentou um grupo de apoiadores, ele foi questionado pelos jornalistas sobre o PIB. O presidente não quis comentar e pediu a um humorista, que o acompanhava na porta da residência oficial, que respondesse aos veículos de imprensa.

“PIB? O que que é PIB? Pergunta o que que é PIB”, disse Bolsonaro ao conciliante Márvio Lácio dos Santos Lourenço, da TV Record, conhecido por interpretar o personagem Carioca. Os jornalistas presentes insistiram, mas o presidente se negou a responder e, minutos depois, deixou o local.

Em 2017 e em 2018, a primeira divulgação do PIB mostrou expansão de 1%. Posteriormente, os dados foram revisados para 1,3%. Em 2015 e 2016, houve queda no PIB.

No fim de 2019, economistas previam PIB de 1,7%, segundo o Boletim Focus, mas essa projeção havia caído levemente para 1,12% no relatório mais recente. Mas, no início da gestão Bolsonaro, a projeção era de uma alta de 2,55% segundo o mercado.

Integrantes da equipe econômica chegaram a trabalhar com a perspectiva de crescimento de 2% em 2019, considerando o andamento das reformas, em particular o avanço da reforma da Previdência. Mas recentemente também reduziu a projeção ficando em linha com o mercado.

Conforme a Folha mostrou recentemente, diante de um pessimismo com a redução da projeção do PIB, o presidente reforçou ao ministro da Economia, Paulo Guedes a necessidade de que, neste ano, a atividade econômica cresça, no mínimo, 2%.

Como resposta, o ministro afirmou que será possível atingir, ou até superar, o percentual. No entanto, a resposta não tranquilizou o presidente. Nesta quarta-feira (4), o presidente ofereceu a estrutura oficial da Presidência para que o humorista fizesse uma performance na entrada da residência oficial, com ofensas aos jornalistas presentes. Fantasiado de Bolsonaro, o comediante desceu de um carro que acompanhava a comitiva presidencial.

Com um cacho de bananas, ele ofereceu a fruta para os profissionais da imprensa. Diante do gesto, os jornalistas se retiraram da cena. A atitude foi uma referência ao fato de o presidente ter cruzado os braços com as mãos fechadas, dando uma banana para os jornalistas, no mês passado, quando se irritou com a cobertura da imprensa.

Nesta quarta, Guedes afirmou que a economia brasileira está acelerando lentamente à espera de reformas. Para ele, a alta de 1,1% do PIB em 2019 veio dentro do previsto.

Para este ano, Guedes espera que o crescimento da economia fique acima de 2%, mesmo com os efeitos adversos provocados pelo surto mundial do novo coronavírus.

Apesar da fala otimista, a projeção oficial do governo para PIB de 2020, atualmente em 2,4%, deve ser revista para baixo.

“A economia está acelerando lentamente esperando as reformas. À medida que as reformas vão acontecendo, e elas serão implementadas, o Brasil vai reacelerando”, disse o ministro.

Segundo ele, a estratificação do resultado do IBGE por período mostra que o desempenho do indicador foi ganhando força ao longo do ano.

Embora tenha dito que o resultado do ano passado não causou nenhuma surpresa, em março de 2019, no primeiro relatório bimestral de receitas e despesas, no qual o governo divulga a projeção oficial para o PIB, a previsão da equipe econômica era de alta de 2,2% em 2019.

Em relação a 2020, o ministro minimizou o possível impacto do surto do novo coronavírus, sob o argumento de que a economia brasileira ainda é fechada.

Ele ressaltou que o país tem dimensão continental, possui sua própria dinâmica de crescimento e deve continuar forte na exportação de agrícolas.

Na próxima quarta-feira (11), o Ministério da Economia vai divulgar a nova projeção para o resultado do PIB de 2020. De acordo com o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, a expectativa é que fique pouco acima de 2%, disse Gustavo Uribe, Bernardo Caram e Ricardo Della Coletta Leia mais na pág. A14

Maia cobra gasto público e diz que não dá para só cortar

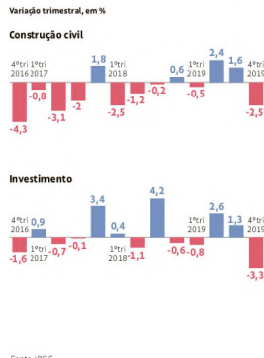
Danielle Brant

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RI), disse que o fraco crescimento do PIB em 2019 já era esperado e defendeu que o governo não faça investimentos para ajudar na retomada.

“Um dos números mostra uma queda do volume de investimento público, uma queda dos serviços na área pública, o que prova que a aplicação do Orçamento, os investimentos públicos são muito importantes também para ajudar o crescimento econômico”, afirmou. Maia fez fortes críticas à política econômica do governo Bolsonaro, de enxugamento de gastos públicos. “A gente não consegue organizar um país apenas fazendo as reformas, cortando, cortando”, disse.

Para ele, o investimento do governo é importante porque o setor privado sozinho não vai resolver os problemas. “Então acho que a grande mensagem do PIB que saiu hoje [nesta quarta] é exatamente que a participação do Estado também será sempre importante para que o Brasil possa crescer e se desenvolver”, concluiu.

Apesar da alta anual, construção e investimentos recuam no 4º trimestre



Fonte: IBGE



Veja o desempenho do consumo das famílias e do governo no PIB brasileiro



Fonte: IBGE



O presidente Jair Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes (Economia) no Palácio nesta quarta (4) Mateus Bonomi/Agf/Flashpress

“A economia está acelerando lentamente esperando as reformas. À medida que as reformas vão acontecendo, e elas serão implementadas, o Brasil vai reacelerando”

Paulo Guedes, ministro da Economia

“Elementos exógenos como o coronavírus nos causam preocupação. O número pode vir abaixo de 2,4% [previsão para o PIB de 2020]”

Waldery Rodrigues, secretário especial de Fazenda

Brasileiros ainda estão mais pobres do que na década passada

ANÁLISE

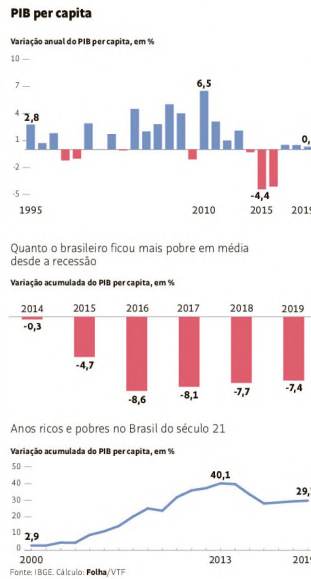
Vinicius Torres Freire

SÃO PAULO O Brasil ainda está mais pobre do que na década passada. Por causa de recessão ou economia estagnada faz meia dúzia de anos, o PIB per capita ainda é 7,4% menor que o de 2013, antes do início da grande crise. E como se tivessemos ficado com a mesma renda desde 2009. É mais do que uma década perdida.

O PIB per capita é simplesmente o valor do PIB dividido pela população — uma média. O PIB é o valor da produção ou da renda do país em um ano. De outra perspectiva, grosso modo, o PIB per capita indica quanto há de rendimento do trabalho e de lucros do capital para distribuir.

A economia brasileira tem tanto para distribuir quanto tinha em 2009. Não aumentou a renda disponível para pagar mais salário desde então, uma tragédia, embora o presidente da República faça piada sobre o assunto. Para piorar, a desigualdade aumentou, embora o PIB não dignamente sobre esse assunto, iniquidade de rendimentos.

Dadas as atuais perspectivas, o PIB per capita voltaria ao nível anterior ao da recessão, a 2013, apenas em 2024. O que são essas perspectivas? As projeções de crescimento brasileiro calculadas



Fonte: IBGE. Cálculo: Folha/VTF

por cerca de uma centena de economistas do setor privado, compiladas semanalmente pelo Banco Central e publicadas no Boletim Focus: essas estimativas “do mercado”. No entanto, o Brasil deve crescer menos em 2020 do que vinha sendo previsto. O desempenho mais fraco da economia na virada do ano e o impacto do coronavírus devem fazer o PIB crescer em torno de 1,6% neste ano, segundo as primeiras revisões de estimativa. A projeção do Focus era de crescimento de 2,2% até a semana passada.

Como o PIB cresceu apenas 1,1% em 2019, caso o Brasil cresça mesmo 1,6% neste 2020, a média de crescimento do primeiro biênio sob o governo de Jair Bolsonaro deve ser praticamente a mesma da biênio de governo integral de Michel Temer (2017-2018).

O Brasil jamais teve seis anos ruins de crescimento (na verdade, decréscimo) do PIB per capita, desde que há estatísticas de PIB (1992). A regressão de 2013 para 2019 foi, como escrito acima, de 7,4%. Na meia dúzia de anos contadas até 1992, foi de 7,38%, na prática a mesma degradação.

Em 1992, Fernando Collor foi deposto em processo de impeachment, e a economia vinha de uma recessão causada por mais um plano fracassado de controle da inflação (além de padecer dos efeitos da hiperinflação do fim dos anos de José Sarney). A queda no triênio de grande recessão de 1981-1983 foi maior que entre 2014 e 2016. Mas houve uma recuperação rápida em 1985 e 1986.

mercado

Entenda o que é o PIB (Produto Interno Bruto)

Indicador, calculado pelo IBGE, mostra quem produz, quem consome e a renda gerada a partir dessa produção

Eduardo Cucolo, Simon Ducroquet e Gustavo Queirolo

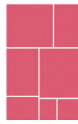
Produtos, serviços, aluguéis, serviços públicos, impostos e até contrabando. Esses são alguns dos componentes do PIB (Produto Interno Bruto), calculado pelo IBGE, de acordo com padrões internacionais,

com objetivo de medir a produção de bens e serviços no país em determinado período. Ele mostra quem produz, quem consome e a renda gerada a partir dessa produção. O crescimento do PIB

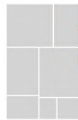
(descontada a inflação) é usualmente chamado de crescimento econômico. O PIB trimestral é apresentado pela ótica da oferta (o que é produzido) e da demanda (como esses produtos são consumidos)

1. ÓTICA DA OFERTA

O quadrado abaixo representa os R\$ 7,3 trilhões produzidos pelo país durante 12 meses (de outubro de 2018 a setembro de 2019), ou seja, o PIB de quatro trimestres. Esse valor pode ser dividido, do ponto de vista da oferta, pelo valor adicionado por setores



O principal setor da economia são os **serviços**. Eles ampliaram sua participação no PIB de 58% para 63% em quase 25 anos, com peso relevante das atividades imobiliárias, comércio, setor público e das 12 atividades que compõem o grupo outros serviços, como alojamento, alimentação, educação e saúde privados, cultura e esporte. Entre os serviços, um dos principais componentes são os aluguéis



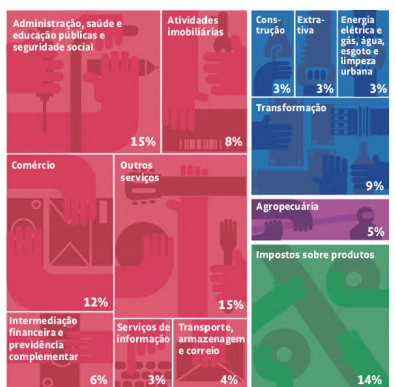
O segundo maior setor é a **indústria**, que recuou de 23% para 18% do PIB de 1995 a 2019. A indústria de transformação (fabricação de alimentos, têxteis, máquinas, automóveis etc.) representa mais da metade do setor. A outra metade se divide em três partes praticamente iguais: construção, segmento extrativo (como petróleo e mineração) e produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana



O valor adicionado pela **agropecuária** corresponde a 5% do PIB. O dado é apurado a partir de pesquisas do próprio IBGE para a agricultura, pecuária, produção florestal e pesca e aqüicultura. Não inclui todo o agronegócio, representado também, por exemplo, pela indústria de alimentos



Ao valor adicionado pelos três setores é somado o **imposto sobre a produção**, que é parte do preço do produto e, portanto, compõe o PIB



R\$ 7,3 trilhões

2. ÓTICA DA DEMANDA

Outra forma de ver o PIB é do ponto de vista da demanda, ou seja, o destino do que foi produzido. Nesse caso, trata-se da soma da despesa de consumo de bens e serviços das famílias e do governo, da parcela destinada ao investimento e das exportações, descontadas as importações*



O **investimento público e privado**, também chamado de Formação Bruta de Capital Fixo, corresponde aos produtos fabricados em um ano e que serão utilizados no processo produtivo nos anos posteriores. A construção responde por metade do investimento. Máquinas e equipamentos também têm participação relevante. O setor privado responde por 84% do indicador*



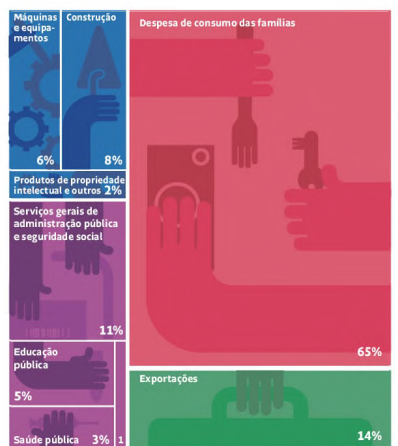
A **despesa de consumo do governo** não corresponde ao gasto público total, mas ao custo dos serviços oferecidos por União, estados e municípios, como insumos e salários de servidores. Não inclui investimento, nem transferência de renda. O índice para educação pública é calculado pela variação do número de matrículas. Para a saúde pública, utiliza-se o tempo de internação e a produção ambulatorial, de acordo com o custo por procedimento



A **despesa de consumo das famílias** corresponde a 65% do PIB. O cálculo considera, inicialmente, um crescimento proporcional à oferta (valor da produção mais importações). O volume é ajustado com base no consumo retratado nas pesquisas do IBGE



Parte da produção nacional é **exportada**



R\$ 8,2 trilhões



R\$ 7,3 trilhões

Parte do investimento e do consumo de famílias e governo são produtos e serviços importados, que não foram produzidos no Brasil e fazem parte do PIB de outro país. É necessário subtrair o valor das importações para que o **PIB da ótica da demanda seja igual ao PIB da ótica da oferta**



R\$ 7,3 trilhões

Importações

*Todos os dados se referem ao período de abril/2018 a setembro/2019, exceto o detalhamento das atividades imobiliárias, do investimento e do consumo do governo, que não é divulgado no PIB trimestral, somente no anual. Nesse caso, utilizou-se o último dado disponível, do ano de 2017. Para se chegar ao PIB da ótica da demanda é necessário ainda acrescentar a variação de estoques, de valor inferior a 0,5% do PIB no período.

Fontes: Entrevistas com Claudia Dionísio e Amanda Tavares, do equipe de Contas Nacionais Trimestrais do IBGE. Relatórios Metodológicos de Contas Nacionais Trimestrais e do Sistema de Contas Nacionais Brasil 2010. Dados divulgados pelo IBGE das contas nacionais de 2017 e do 3º trimestre de 2019, além de tabelas de séries históricas disponibilizados pelo instituto.

FOLHA DE S.PAULO

Veja o desempenho no ano de cada setor no PIB



sem você fazer nada.

Baixe o super app e abra sua conta grátis.

RENDIMENTO 100% CDI GARANTIDO

150% DA POUPANÇA

PagBank
pagbank.com.br

PIB fraco de 2019 e coronavírus levam a revisão de crescimento para este ano

Após previsão de até 2,5%, economia avança 1,1%, consumo das famílias sobe menos e o do governo cai

Eduardo Cucolo, Nicola Pamplona e Isabela Bolzani

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO A economia brasileira não teve em 2019 o crescimento inicialmente projetado para o primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro. Essa lenta retomada, associada à expectativa de impacto do coronavírus sobre o nível de atividade global, neste início de ano, afeta as projeções para 2020 do PIB (Produto Interno Bruto), calculado pelo IBGE.

Nesta quarta-feira (4), o IBGE informou que o PIB do Brasil cresceu 1,1% em 2019. No quarto trimestre do ano passado, houve avanço de 0,5% em relação ao trimestre anterior e de 1,7% sobre o mesmo período de 2018.

O PIB per capita ficou em R\$ 34.533, alta de apenas 0,3%. Foi o terceiro ano seguido de fraco crescimento. Em 2017 e em 2018, a primeira divulgação do PIB mostrou expansão de 1,1%. Posteriormente, os dados foram revisados para 1,3%. Em 2015 e 2016, houve queda na atividade econômica.

O resultado de 2019 é menor da metade do projetado no início do ano passado por economistas e pelo governo, que chegaram a trabalhar com perspectivas de expansão na casa de 2,5%.

Desde a intensificação da crise do coronavírus, economistas vinham prevendo um crescimento mais baixo para o Brasil em 2020, pois muitos setores com mais peso no PIB já haviam decepcionado.

A divulgação de um resultado ruim já esperado e sem surpresas positivas desencadeou uma nova onda de revisões, com projeções caindo e variando de 1,3% a 1,9%.

A desaceleração do PIB é explicada pelo crescimento menor do consumo das famílias e dos investimentos, pela queda no consumo do governo e pela piora nas exportações, segundo Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE.

Fatores externos, como a guerra comercial entre China e Estados Unidos e a crise argentina, e internos, devido à instabilidade política gerada pelo Executivo, contribuíram para o resultado mais fraco. Também houve frustração em relação aos efeitos esperados com a reforma da Previdência, o andamento das privatizações prometidas pelo governo e o impacto da liberação de recursos do FGTS.

A Tendências Consultoria deve revisar suas projeções de alta para o PIB de 2020 de 2,1% para algo em torno de 1,7%. "Os resultados do primeiro

trimestre de 2020 já vêm sendo frustrados desde antes da divulgação do PIB. O que pesa é a suspeita de haver outros fatores que podem contribuir negativamente, como dinâmica do mercado de trabalho, rendimentos fracos e volta do crescimento da classe D. São fatores que precisam de atenção", afirma a diretora da área de macroeconomia e análise setorial Alessandra Ribeiro.

Para o economista do Santander Lucas Nobrega, o menor estímulo em setores mais sensíveis à renda soma-se aos impactos do coronavírus. "Já temos notícias de falta de matéria-prima e de um volume menor de comércio com a China. São dados que podem fazer com que o primeiro trimestre deste ano seja frustrante", afirma.

Segundo ele, um dos fatores que podem ajudar positivamente o Brasil neste trimestre é o agronegócio, cujas projeções são de safras recordes.

"O Brasil segue em trajetória cíclica e seguramente 2020 crescerá mais do que em 2019, a menos que o coronavírus venha em uma magnitude ainda maior do que temos em nosso cenário-base", afirma Nobrega.

O Santander, porém, deve revisar sua projeção de crescimento para a atividade econômica de 2020, de 2% para 1,7%. Para os três primeiros meses do ano, a previsão é de uma alta de 0,2% no PIB.

Para Rodolfo Cabral, economista da 4E Consultoria, pesam mais as incertezas quanto ao ambiente internacional do que os próprios dados da atividade econômica em 2019.

"Oviés de baixa já começava desde antes. A surpresa negativa foram os investimentos, e o fato, agora, é que o cenário internacional pode trazer ainda mais dificuldades para o setor", afirma Cabral.

Já o economista do Itaú Unibanco Luka Barbosa diz que a queda do investimento no último trimestre já era esperada e isso não altera muito as expectativas para este ano. Mesmo assim, a instituição deve revisar a projeção de crescimento de 2,2% para baixo.

O banco estima resultado melhor para as exportações neste ano, depois da queda de 2019, mas esse resultado dependerá dos efeitos causados pelo coronavírus na economia mundial. Nos últimos dois anos, segundo o IBGE, a diferença entre exportações e importações retirou 0,5 ponto percentual do PIB.

"O risco é a economia global desacelerar mais do que a gente tem na conta e a exportação cair mais", diz Barbosa.

Queda em construção civil e investimentos marca 4º trimestre

O investimento na economia brasileira despencou no fim de 2019. A formação bruta de capital fixo, que mede o desembolso em novos projetos e a expansão da capacidade de produtiva, teve retração de 3,3% no quarto trimestre — a queda só não supera a registrada no período de crise entre os governos de Dilma Rousseff e Michel Temer.

Sob a ótica da oferta, a construção civil, que vinha dando tração à retomada, caiu 2,5% no trimestre. A construção é hoje o principal componente do investimento no país, com participação de 44%. O segmento de máquinas e equipamentos, que responde por outros 40%, desacelerou de 15,2% em 2018 para 0,9%.

No ano, o investimento cresceu 2,2%, a segunda alta consecutiva. Palis, do IBGE, diz que a construção foi a principal responsável pela queda do investimento — que também sofreu efeitos da menor nacionalização de equipamentos de petróleo no país — no último trimestre de 2019.

Ela afirmou, porém, que não é possível analisar se há perda de fôlego na economia. "Acho que vamos poder ver isso no primeiro trimestre, até porque a conjuntura mundial mudou um pouco", afirmou.

O crescimento da construção civil nos trimestres anteriores havia sido impulsionado pelo mercado imobiliário, sem impactos do setor de infraestrutura. Palis não soube dizer se, no quarto trimestre, houve recuo do mercado imobiliário ou da infraestrutura.

Apesar da recuperação em 2019, a construção ainda está cerca de 30% abaixo do pico, no 1º trimestre de 2014. Ou seja, ainda tem um longo caminho para se recuperar.

"Houve recuperação da construção muito puxada pela parte imobiliária [em 2019], residencial, já que a infraestrutura continua em queda".

Números mais fracos de investimento e construção surpreenderam economistas.

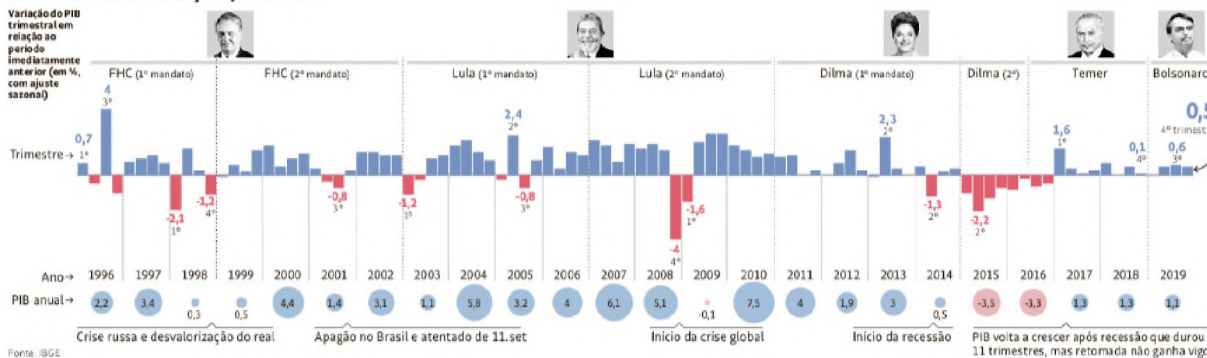
"Os dados ruins podem acabar refletindo nos primeiros três meses de 2020, mas é algo que deve ganhar corpo ao longo do ano", diz o economista do Santander Lucas Nobrega.

O vice-presidente de economia do SindusCon SP, Eduardo Zaidan, afirma que o resultado anual da construção ficou abaixo do projetado principalmente por causa de investimentos em infraestrutura que não se concretizaram, volume de obras reduzido, redução dos recursos para o Minha Casa Minha Vida e poucas novas obras imobiliárias fora das capitais com população de maior renda, como São Paulo.

Os dados trimestrais também mostram que o setor de serviços manteve o ritmo de crescimento.

Leia mais sobre o PIB nas pags. A26, A28, A29 e A30

Economia brasileira avançou 1,1% em 2019



Bolsonaro corre o risco de repetir pibinho de Temer no 1º biênio

ANÁLISE

Vinicius Torres Freire

SÃO PAULO O crescimento do PIB foi fraquinho, como esperado: 1,1%. Olhando seus miúdos, por dentro, nota-se que foi muito parecido com o de 2018. Jair Bolsonaro, que gosta de atribuir a seu governo qualquer melhora que tenha ocorrido no país em 2019, terá de assumir esse filho também, o Pibinho, que deu uma fraquejada e foi menor do que o de 2018.

Pior, pelo que se vê no horizonte agora, o primeiro biênio de Bolsonaro pode ter um

crescimento igual ao do biênio integral de Michel Temer (2017-2018), 1,3%, na média.

Pelo andar da carruagem, 2020 vai ter de comer muito feijão para crescer mais do que 2019, do que só vamos saber passada a metade do ano. Por ora, chute-se de modo informado que este trimestre seja de estagnação ou quase. A queda do ritmo era prevista, mas agora deve ser um tombo, por causa dos efeitos do coronavírus na economia.

Chute-se também, agora de modo otimista, que a economia volte a crescer no 2º trimestre no mesmo ritmo da

segunda metade de 2019. Isto é, que a crise do vírus passaria a partir de abril e que o governo não fizesse mais baderna. Assim, o crescimento de 2020 seria de algo perto de 1,6%.

O desempenho da economia, por setores, foi similar ao de 2018. Feitas as contas pela perspectiva do consumo, o consumo privado ("das famílias), do governo e o investimento (em instalações produtivas, máquinas, equipamentos etc.), cada um baixou um tico, em torno de 0,2 ponto.

É a cara de um país em que: 1) o crescimento anual do salário médio anda pela casa de ze-

ro; 2) o governo está na penúria e gasta mal; 3) as empresas têm capacidade ociosa, medo de investir, dada a baderna local e mundial, e falta investimento público ou concessões de serviços e obras públicas para a iniciativa privada.

Considerados os números da perspectiva da produção de bens e serviços, as diferenças mais significativas, ainda assim miúdas, ocorreram na indústria e no comércio.

A baixa da contribuição da indústria de transformação ("fábricas") foi compensada pela alta na construção civil. No total, a contribuição da in-

dústria para criar valor foi zero. Nos serviços, que contribuíram menos para o crescimento, houve pequenas baixas no comércio, nos transportes e nas atividades imobiliárias.

Mas isso tudo é quase fíru-la. O fato a reter é que a economia tem crescido a um ritmo próximo de 1% faz três anos.

Outro fato a reter: a indústria brasileira está catatônica faz pelo menos uma década. A produção da indústria de transformação está em um nível inferior ao de 2008; quase 14% inferior ao nível de 2013.

A construção civil se recuperou da grande depressão; cres-

ceu mais rápido que a indústria de transformação. Mas a produção do setor ainda está mais de 28% abaixo de 2013.

A indústria apanhou da desaceleração mundial em 2019. Mas está com um problema profundo de eficiência, competitividade, produtividade, como se chame. A construção civil ainda está no fundo do poço do inferno da depressão: isso é o retrato de um país sem capacidade de investir e que asfixiou o gasto público em obras, em investimento.

Sem indústria e sem investimento, vai ser difícil sair do lugar.

FOLHA DE S.PAULO

Apoiada no endividamento das famílias, recuperação poderá ter fôlego curto

Com renda e produtividade estagnadas, retomada precisaria de mais investimento de empresas industriais e comerciais para se sustentar

ANÁLISE

Fernando Canzian

SÃO PAULO Destaque em 2019 e principal motor nas previsões de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano, o consumo das famílias vem ganhando impulso com o aumento do crédito.

A expansão brasileira, porém, ocorre em um cenário de mais endividamento familiar e de rendimentos e produtividade do trabalho estagnados.

O quadro sugere fôlego limitado para a recuperação. Ela precisaria de uma aceleração maior dos investimentos de empresas industriais e comerciais para se sustentar.

Ao contrário de saídas de crises anteriores, neste 2020 o governo deve continuar segurando o gasto público diante da crise fiscal e, olhando mais adiante, o país deixou de contar com o chamado bônus demográfico — quando o crescimento da população em idade ativa (15 a 64 anos) é maior que o aumento populacional.

O nível de consumo na economia — responsável por cerca de 65% do PIB — praticamente já voltou ao patamar do final de 2014, quando atingiu o seu pico.

Mas, como o desemprego cai apenas lentamente e o rendimento real do trabalho segue estagnado há um ano (em R\$ 2,360, em média), o aumento do consumo é puxado pelo crédito — sobretudo para famílias que ganham menos.

Nos últimos 12 meses, segundo o Banco Central, o crédito livre a pessoas físicas saltou 16,6% (com destaque para empréstimos pessoais, veículos e cheque especial) e atingiu R\$ 1,1 trilhão.

Os financiamentos a empresas subiram bem menos, 11,4% em 12 meses, chegando a R\$ 872 bilhões.

Segundo o Institute of International Finance, de Washington, o Brasil só fica atrás da Turquia e da Rússia entre os países em que o aumento do crédito tem maior relação com o PIB — quanto mais financiamento ao consumo, maior o crescimento.

Embora tenham significado mais atividade comercial e ajudado a sustentar o PIB em 2019, as famílias vêm se endividando continuamente.

Em dezembro, os brasileiros fecharam o ano com as maiores dívidas desde 2012, de acordo com a Confederação Nacional do Comércio.

Apesar de a taxa básica de juros (a Selic) estar em 4,25% ao ano, as famílias ainda pagam 16% anuais, em média, no cheque especial e 37% no rotativo do cartão de crédito. Em um descuido, dívidas pe-

PIB sustentado pelo crédito traz riscos

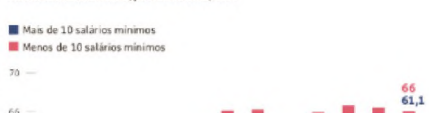
Aumenta a concessão de financiamentos

Saldo de crédito, variação em 12 meses em %



Endividamento cresce

Total de famílias endividadas, por faixa de renda, em %



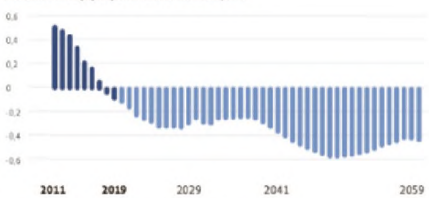
Produtividade voltou a estagnar

Renda per capita e a produtividade por hora - (1981=100)



Bônus demográfico terminou em 2018

Diferencial entre a população em idade ativa e a total, em %



Fontes: Banco Central, Confederação Nacional do Comércio e elaboração do Ibo com base nas Contas Nacionais, Prod e Prod Contínua - IDCC

quas não conseguem ser impagáveis rapidamente.

Inelizmente, a alta do endividamento, a estagnação da renda com desemprego alto e o baixo investimento na expansão das empresas ocorrem em um cenário de produtividade estacionada.

Isso significa que a produção de bens e serviços não cresce utilizando apenas os insumos e trabalhadores já disponíveis.

Pior, com o fim do bônus demográfico, o Brasil terá cada vez menos espaço para elevar a produtividade da economia colocando mais gente no mercado de trabalho.

Indicadores da FGV livre su-

[...]

A grande dívida é se o aumento do consumo via crédito gerará demanda suficiente no comércio e na indústria que exija mais investimentos. E se isso acontecer antes que as famílias se endivitem demais

gerem que a lenta recuperação desde o fim da recessão, em dezembro de 2016, pode estar associada ao desempenho negativo da produtividade do trabalho — ela ficou estagnada durante todo 2018 e caiu nos três primeiros trimestres de 2019.

Os anos 2000 registraram o último grande período em que a produtividade subiu de forma importante no Brasil, levando a um momento de mais crescimento do PIB e da renda dos trabalhadores.

Entre 2002 e 2010, o país foi beneficiado por um aumento nos preços das commodities que exporta, elevando em 25%

nosso termo de troca (a relação entre preços de exportações e importações) — o que possibilitou importar mais tecnologia.

Naquele período, a produtividade brasileira cresceu 15%, e a renda, 32%, segundo cálculos do economista Naercio Menezes, do Insper.

Para 2020 e em tempos de coronavírus, a grande dívida é se o aumento do consumo via crédito gerará demanda suficiente no comércio e na indústria que exija a expansão dos investimentos.

E se isso acontecer antes que as famílias acabem ficando endividadas demais.



PIB decepciona; mercado prevê alta inferior a 2% para este ano

Ministro Paulo Guedes afirma que a economia está 'reacelerando' e espera crescimento com avanço de reformas



O crescimento econômico do primeiro ano do governo Jair Bolsonaro frustrou as expectativas e registrou uma expansão de 1,1% do PIB. O resultado de 2019 foi menor que nos dois anos de governo Temer, ambos de 1,3%. A divulgação dos números e a incerteza sobre os efeitos do surto de coronavírus na economia levaram os analistas a revisar para 1,8% suas previsões para a alta de 2020. Na primeira semana do ano, as estimativas estavam em 2,3%. Por sua vez, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a economia está “claramente reacelerando” e disse esperar um crescimento acima de 2% neste ano, com o avanço das reformas no Congresso. Em nota, o Ministério da Economia disse que o resultado indicou uma “melhora substancial” e a economia passa a mostrar dinamismo sem depender do setor público. Após o fraco resultado do PIB, Bolsonaro escalou um humorista, vestido como presidente, para responder às perguntas da imprensa sobre o ritmo da atividade econômica.

O resultado do primeiro Produto Interno Bruto (PIB) do governo Jair Bolsonaro frustrou as expectativas do ano passado de uma retomada mais firme da economia, além de entregar crescimento menor do que o registrado no governo Temer. Em 2019, a expansão foi de 1,1% ante o 1,3% de 2018 e 2017. Apesar da perda de fôlego, foi o terceiro ano seguido de alta do PIB. A divulgação dos números, aliada às incertezas sobre os efeitos do surto de coronavírus na economia, levou os analistas a revisarem as previsões para a alta deste ano. As estimativas do mercado financeiro apontam agora para um crescimento de 1,8%, segundo pesquisa de ontem do Projeções Broadcast. Na primeira semana do ano, as estimativas estavam em 2,3%, conforme o Boletim Focus, do Banco Central (BC).

A economia terminou 2019 em ritmo parecido com o do terceiro trimestre, como esperado por muitos analistas, mas a dificuldade do governo Jair Bolsonaro para avançar com as reformas econômicas, a lentidão dos investimentos, que caíram 3,3% no quarto trimestre ante o terceiro de 2019, e os prováveis efeitos do coronavírus sustentam o pessimismo.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, pretende revisar sua projeção deste ano de 2% para algo próximo de 1,5%, em parte por causa do coronavírus, mas também porque o investimento segue deprimido – a taxa de investimentos ficou em 15,4% do PIB. “Para ter um crescimento sustentável, precisaria estar perto de 25%.”

Também revisaram projeções para baixo os economistas da corretora XP Investimentos (de 2,3% para 1,8%), da gestora de recursos ARX Investimentos (de 2,2% para 1,8%) e o consultor Alexandre Schwartsman, ex-diretor do BC (de 2,3% para 1,7%).

Na revisão da ARX, pesaram a queda dos investimentos no fim do ano, e uma visão pessimista sobre as reformas. Segundo a economista-chefe da gestora, Solange Srouf, em vez de atrair investimentos, a reforma da Previdência apenas “evitou o caos”, mas faltam outras, como a

tributária e as privatizações, e o ano eleitoral atrapalha. “Não estamos otimistas com reformas e isso está pesando mais sobre o crescimento”, disse.

Enquanto economistas do mercado financeiro, geralmente, defendem o foco nas reformas e no ajuste fiscal, outros lembram que, mesmo com a introdução do teto nos gastos, com as mudanças tanto nas regras trabalhistas quanto no crédito subsidiado dos bancos públicos (as três ainda no governo Temer) e com a reforma da Previdência (no governo Bolsonaro), a economia não acelerou. Nessa visão, falta demanda. O desemprego segue elevado, as incertezas atrapalham o investimento privado, o ajuste fiscal e o investimento público.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 05/03/2020	Caderno: Economia



PIB fraco faz investimento público virar novo debate

Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, afirma que Estado deve investir; Guedes discorda

O crescimento baixo do Brasil no primeiro ano do governo Jair Bolsonaro reacendeu a polêmica sobre a necessidade de estímulos do Estado para impulsionar o PIB que patina na faixa de 1% ao ano após período de recessão iniciado no governo Dilma Rousseff.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a economia está “claramente reacelerando” à espera das reformas e disse esperar crescimento acima de 2% neste ano, com o avanço das reformas no Congresso, mesmo com os efeitos negativos provocados pelo surto do coronavírus. Já o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu a importância da participação do Estado no desenvolvimento do País. “O setor privado sozinho não vai resolver os problemas. Então acho que a grande mensagem do PIB que saiu hoje é exatamente que a participação do Estado também será sempre importante para que o Brasil possa crescer e se desenvolver”, disse Maia. O presidente da Câmara foi além: “A gente não consegue organizar um País apenas fazendo as reformas, cortando, cortando, cortando. Isso tudo é fundamental, a reforma administrativa, previdenciária, o novo sistema tributário”, disse.

Antes, o Ministério da Economia tinha ressaltado, em nota, que o resultado do PIB de 2019 indicou uma “melhora substancial”, com “aumento consistente do crescimento do PIB privado e do investimento privado”. Para a pasta, isso mostra que a economia passa a mostrar dinamismo independentemente do setor público. O ministério também pontua ser “fundamental” a continuidade da agenda de reformas para a consolidação da retomada da economia.

Para a pasta, os resultados melhores do setor privado são reflexos da política econômica que foca no aumento da produtividade, corrigindo a má alocação de recursos e fortalecendo a consolidação fiscal. “O crescimento mais robusto no segundo semestre já reflete os efeitos, embora parciais, das mudanças no FGTS e a queda da inflação e dos juros, como consequência de menor concorrência no setor público na atividade e na poupança nacional”, disse a nota.

A fala de Maia teve logo repercussão no mercado. Muitos analistas se perguntaram se o presidente da Câmara, considerado o principal fiador das reformas, havia mudado de tom, numa rendição à exaltação da importância dos gastos para o crescimento ou se estava apenas cutucando o ministro da Economia, Paulo Guedes. O ministro e sua equipe são defensores fervorosos da retomada pelo investimento privado.

Procurado pelo Estado após a sua fala polêmica, Maia disse que continua defendendo as reformas: “Eu defendo as reformas porque entendo que temos que abrir uma capacidade de investimento para o Estado brasileiro. O investimento público é importante. Não apenas as reformas que fazem restrição fiscal”, ponderou. Na sua avaliação, o Congresso tem que fazer uma boa reforma administrativa -- com o objetivo de reduzir o número de carreiras e o salário de entrada dos futuros servidores, entre outros pontos -- e organizar as despesas correntes para que haja mais recursos para investimento.

Nada disso. “De forma nenhuma, ampliar despesa, gerando endividamento. Nada disso”, disse Maia. Ele defendeu a abertura de espaço nas despesas discricionárias (que são de pagamento obrigatório), via as reformas, para investimento em infraestrutura e na área social. E também parceria com o setor privado, com recursos do Orçamento. /

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 05/03/2020	Caderno: Economia



Guedes diz a professor que vai se ‘dedicar’ à tributária

Segundo Heleno Torres, da USP, ministro está ‘muito animado’ e decidido ‘a assumir’ a reforma

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que sua linha de ação, a partir de agora, é “se dedicar e se empenhar” pela aprovação da reforma tributária. O relato foi feito ao professor titular de Direito Tributário da Universidade de São Paulo, Heleno Torres, durante reunião, no Ministério da Economia.

Torres foi convidado pelo ministro a ir a Brasília para falar sobre a reforma depois que, em entrevista ao Estado, alertou que as propostas de reforma que estão no Congresso são inviáveis. A entrevista teve grande repercussão e alimentou dentro e fora do Congresso o debate sobre os rumos da reforma.

A polêmica sobre a reforma ganhou força porque o Congresso instalou uma comissão mista informal que vai buscar uma convergência entre as duas propostas que tramitam na Câmara e no Senado.

Ao Estado, Torres informou, após a reunião, que sugeriu a Guedes que apoiasse a proposta de fazer a reforma de simplificação tributária sem aprovação das Propostas de Emenda Constitucional (PECs), mas via lei ordinária e lei complementar.

Para aprovar uma PEC são necessários três quintos de aprovação na Câmara (308 dos 513 deputados) e no Senado (49 de 81 votos). Já a aprovação de uma lei complementar exige maioria absoluta (mais do que 257 deputados e 41 senadores) enquanto para aprovar uma lei ordinária basta maioria simples dos presentes.

Torres disse que Guedes ficou de conversar com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), sobre a viabilidade da proposta.

Segundo ele, Guedes está “muito animado” e disse que está mais do que tudo decidido “a assumir” a reforma tributária. “Ele falou: ‘Eu já entreguei a reforma da Previdência, estamos fechando a administrativa que está indo ao Congresso, e, agora, vou me empenhar e me dedicar fortemente na reforma tributária’”, relatou Torres.

Proposta. De acordo com o tributarista, foi Guedes quem quis ouvir a sua proposta de fazer a mudança sem mexer na Constituição. A proposta de Torres pressupõe duas frentes: um projeto de lei ordinário para criar um tributo federal em substituição ao PIS/Cofins e um projeto de lei complementar para criação de outro tributo no lugar do ICMS.

A proposta é semelhante ao que Guedes vem defendendo, desde o ano passado: a do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual (um apenas com impostos federais e outro incluindo tributos estaduais e municipais), mas que enfrenta resistência das lideranças da Câmara, sobretudo de Maia, que colocaram capital político na PEC 45 de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), que foi desenhada pela equipe do economista Bernard Appy, do Centro de Cidadania Fiscal.

Para Torres, essa mudança poderia ser feita por meio de leis ordinária e complementar, sem necessidade de alterar a Constituição. Isso daria celeridade ao processo, que poderia ser aprovado até maio com um acordo na comissão mista que foi formada na quarta-feira. Segundo Torres, Guedes disse que o projeto do PIS/Cofins do governo será enviado nos próximos dias ao Congresso para impulsionar a reforma tributária. “Ele me disse que, em respeito ao Congresso, o trabalho do Ministério da Economia e do Congresso têm de andar de forma concomitante.”

Procurado pela reportagem, o Ministério da Economia não quis se manifestar.

Celso Ming



Produção só se destaca se mundo vai bem e não há desastre natural.

Se não chegou a surpreender, esse Produto Interno Bruto (PIB) também não deixou de decepcionar. Um avanço de 1,1% em 2019 (sobre 2018) e de 0,5% no quarto trimestre (sobre o terceiro) foi o que a maioria dos analistas já vinha cantando.

As previsões iniciais de um crescimento de pelo menos 2,8% em 2019 se frustraram em consequência de três fatores: a crise da Argentina; os desdobramentos da guerra comercial entre Estados Unidos e China, que estreitaram o mercado de exportações e derrubaram os preços das commodities, das quais o Brasil é grande fornecedor global; e a tragédia de Brumadinho, que achatou a produção da indústria extrativa. Só esses três fatores devem ter comido cerca de 1 ponto porcentual do PIB em 2019.

Mas isso é como trombada de carro em barranco provocada por um cachorro que atravessava a estrada. As verdadeiras causas são outras: é desatenção e imperícia do condutor do veículo e, talvez, freios sem manutenção. Dá para conferir, também, que o Brasil só consegue bons resultados no seu sistema produtivo quando tudo vai bem no resto do mundo e quando não sobrevivem desastres naturais.

Há anos, a economia brasileira vem patinando em consequência de sua reduzida poupança e baixíssimo investimento. Quem come as sementes não semeia e também não colhe. Para crescer pouco mais de 3% ao ano, o investimento (Formação Bruta de Capital Fixo) teria de ser da ordem de 22% do PIB. No ano passado, ficou nos 15,4% e, em 2018, em 15,2% do PIB, como está no gráfico ao pé desta Coluna. Ninguém esperava a piora do ritmo do investimento no quarto trimestre de 2019 de 3,9% para 2,2%.

A poupança nacional também é a precariedade já conhecida. Não passou de 12,2% do PIB, abaixo dos 12,4% registrados no ano anterior. E não se diga que baixo nível de poupança é sina de país pobre, que vive da mão para a boca, como tanto se ouve por aí. O padrão asiático de países ainda pobres é poupança de 30% a 35% do PIB. A China vai muito além, poupa em torno de 50% da renda. Ou seja, o chinês, de quem tanto se diz que é mal remunerado, consegue poupar metade do seu salário. E ainda tem de sustentar seus idosos, porque o país não tem sistema previdenciário público. No ano passado, o Brasil apresentou poupança de apenas 12,2%.

O Brasil é um país economicamente desarrumado. Enfrenta custos altos demais de produção; uma infraestrutura sucateada ou não existente; um sistema tributário caótico; por falta de acordos comerciais, não conta com acesso a mercados; tem péssima distribuição de renda, grande parte dela apropriada por corporações que só pensam no seu interesse... E a lista é enorme.

Essa ficha é a razão da insistência na necessidade de reformas e na modernização das relações de trabalho.

Isso posto, convém perguntar sobre o que esperar para este 2020, que também começa capenga em relação ao que dele se esperava. O avanço de 1,1% no PIB em 2019 sugere que a força de arrasto (carry-over) para este ano é de alguma coisa entre 0,6% e 0,8%. Portanto, há um certo embalo com que se pode contar. Outras condições técnicas também ajudam: inflação e juros baixos, melhor

controle das finanças públicas, abundância de crédito, agronegócio e setor do petróleo no auge de sua forma e mais torque no consumo das famílias.

Mas as incertezas continuam elevadas. Há esse surto de coronavírus, de consequências imprevisíveis, que estancou a segunda locomotiva do mundo. E tem a política interna, que às vezes empaca e outras, descarrila, sempre a pôr em risco o sistema de tomada de decisões. Os últimos levantamentos feitos no mercado pelo Boletim Focus, do Banco Central, projetam avanço do PIB em 2020 de 2,17%, mas o estrago produzido pelo coronavírus na economia mundial já levou grande número de instituições a corrigir suas estimativas mais otimistas para alguma coisa abaixo de 2%. Dentro de quatro ou cinco semanas será possível ter uma ideia melhor do que esperar.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 05/03/2020	Caderno: Economia



Estagnação em 2019, vírus em 2020



O Brasil cresceu apenas 1,1% no primeiro ano do governo Bolsonaro. É preciso evitar a tentação de usar o vírus para justificar mais um ano de estagnação.

O Brasil emperrou no primeiro ano do governo Bolsonaro, com crescimento econômico de apenas 1,1%. Foi um resultado inferior ao de qualquer dos dois anos anteriores, quando o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 1,3%. Sem reconhecer o fiasco, o Ministério da Economia aponta “melhora substancial” na atividade, com o setor privado puxando a produção e o investimento. É uma estranha comemoração. Um dos motores principais do setor privado nos grandes emergentes, a indústria de transformação, cresceu 0,1%, quase nada. O investimento produtivo, de fato puxado pelas empresas privadas, avançou 2%, bem menos que no ano anterior, quando havia crescido 3,9%, quase o dobro do verificado em 2019.

Juros em queda, um dos poucos estímulos oferecidos à atividade econômica no ano passado, contribuíram para a expansão do consumo das famílias, mas tiveram pouco ou nenhum efeito no investimento em máquinas, equipamentos, construções e outros elementos do capital fixo. Esse conjunto, onde se incluem também as obras de infraestrutura, como estradas, centrais elétricas, portos e hospitais, é o parque produtivo de bens e serviços, considerado apenas em seu aspecto físico.

O total investido em 2019 ficou em 15,4% do PIB, pouco acima da proporção do ano anterior (15,2%) e abaixo da estimada para 2016 (15,5%), último ano da recessão. Investir em potencial produtivo é essencial para garantir crescimento econômico duradouro e sustentável, sem pressão inflacionária e com baixo risco de problemas nas contas externas.

O Brasil está longe disso. Neste século, a maior taxa de investimento bruto foi a de 2013, quando atingiu 20,9% do PIB. Essa proporção ainda ficou longe do nível mínimo considerado necessário a um país como o Brasil, de cerca de 24%. O baixo potencial produtivo explica as projeções modestas de crescimento econômico nos próximos anos. No mercado, essas projeções têm ficado em 2,5% ao ano, muito abaixo das possibilidades de outras economias emergentes.

O crescimento do PIB em 2019 poderia ter sido maior, segundo o Ministério da Economia, se o País tivesse ficado livre de alguns infortúnios, como a tensão comercial entre Estados Unidos e China, o baixo crescimento das trocas internacionais, a recessão argentina, intempéries no território nacional e, é claro, o desastre de Brumadinho. Mas outros países também foram afetados por vários desses problemas e ainda cresceram bem mais que o Brasil.

A indústria extrativa de fato foi prejudicada pela tragédia de Brumadinho e sua produção diminuiu 1,1%. Mas o fraco desempenho do setor de transformação é atribuível a outros fatores. A crise na Argentina, importante mercado importador de manufaturados brasileiros, é apenas um componente da explicação. A baixa demanda interna e o escasso poder de competição da maior parte da indústria são partes importantes da história. No ano passado, o governo pouco fez para atacar esses problemas. Além disso, uma atitude mais proativa neste ano parece pouco provável, por enquanto.

Um dos poucos sinais animadores, no balanço do ano passado, é o crescimento da construção. A atividade avançou 1,6%, depois de quatro anos de retração. Se a melhora persistir, o setor poderá proporcionar algum estímulo a outras áreas da indústria e também aos serviços, contribuindo para

maior oferta de postos de trabalho. Em 2019, o desemprego caiu muito lentamente. No fim do ano os desocupados ainda eram 11% da força de trabalho e o subemprego era amplo, assim como a informalidade.

Para 2020 as projeções mais comuns indicam, por enquanto, crescimento na faixa de 2% a 2,2%. A epidemia de coronavírus pode justificar uma revisão para baixo. Em outros países, a preocupação tem sido acompanhada de ações para atenuar os danos econômicos do surto. Corte de juros é a medida mais evidente. Mas o governo deve examinar se há espaço para outros estímulos. É preciso evitar a tentação de usar o vírus como justificativa para mais um ano de estagnação.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 05/03/2020	Caderno: Economia



Na economia, outra má notícia: PIB cresceu apenas 1,1% em 2019

O IBGE divulgou ontem seu relatório sobre as Contas Nacionais Trimestrais do último trimestre do ano passado, cobrindo o desempenho do produto interno bruto (PIB), seus desdobramentos e outras informações.

A taxa de variação do PIB em 2019 foi de novo medíocre, 1,1%, e até um pouco abaixo da também má taxa de 1,3% observada em 2018 e 2017. Essas taxinhas positivas estiveram longe de tirar o PIB da depressão em que se meteu em 2015 e 2016, quando caiu 3,5% e 3,3%, respectivamente.

Ainda em curso, essa depressão foi a responsável maior por levar o PIB na década passada à sua pior taxa decenal, se comparada às das 11 décadas anteriores a partir de 1900, conforme venho enfatizando em artigos e entrevistas. E mais: com o resultado de 2019, o PIB brasileiro apenas voltou ao valor que já havia apresentado no último trimestre de 2012(!).

O noticiário e as análises do PIB costumam dar pouca atenção ao PIB por habitante, ou per capita. Mas como a população ainda cresce hoje cerca de 0,8% ao ano, a situação neste caso é ainda pior, pois esse outro PIB teve as seguintes taxas no período de 2015 a 2019: -4,4%, -4,1%, 0,5%, 0,5% e 0,3%, respectivamente.

O ano passado começou com previsões bem maiores do que 1,1% para a variação anual do PIB, e do primeiro ao terceiro trimestre as taxas trimestrais, com ajuste sazonal, se mostraram crescentes (zero, 0,5% e 0,6%, respectivamente), mas insuficientes para sustentar essas previsões. E esse novo relatório do IBGE confirmou a visão que se formou no início de 2020 de que houve um fraquejo da economia no final do ano passado, pois a taxa do PIB no último trimestre de 2019 caiu para 0,5%.

As primeiras informações sobre a economia em 2019 não mudaram esse quadro apático. E trouxeram novas preocupações. Do lado político, uma piora adicional do relacionamento entre o Executivo e o Congresso, com o temor de que isso possa dificultar ainda mais o andamento das reformas que o ministro Paulo Guedes quer ver aprovadas no Legislativo. E em cima disso veio da China o coronavírus, com seu impacto sobre a economia mundial e a brasileira, como o faz ao prejudicar cadeias produtivas internacionais pela redução de insumos importados daquele país, em face de interrupções da produção local. E, ainda, porque elas também prejudicam as importações chinesas de insumos, tudo isso causando danos ao comércio internacional e ao PIB de outros países.

Dado esse quadro, as previsões para o crescimento do nosso PIB passaram a cair.

Conforme o Relatório Focus, do Banco Central, que semanalmente divulga previsões macroeconômicas, que recebem grande atenção, para a taxa do PIB começaram o ano em 2,31%, mas na última edição desse relatório, divulgada em 2/3, esse valor já havia caído para 2,17%. No meu último artigo apresentei minha própria previsão, uma taxa abaixo de 2%, e hoje acrescento: com viés de baixa.

Também pode acontecer que a divulgação da taxa do PIB em 2019 inferior à dos dois anos anteriores tenha efeito negativo sobre as expectativas de empresários e consumidores, prejudicando suas decisões de investir e consumir.

O que fazer? Para um crescimento mais vigoroso e sustentável do PIB é indispensável o aumento dos investimentos em formação bruta de capital fixo, criando ou ampliando fábricas, fazendas, escolas, hospitais, obras de infraestrutura, etc., capazes de aumentar a oferta de bens e serviços no País. Fazendo isso, também seriam gerados mais renda para trabalhadores e mais lucro para empresários, aumentando a sua demanda de bens e serviços. Ou seja, uma coisa puxa outra.

Ora, o relatório do IBGE diz que a taxa de investimento aumentou de 15,2% para 15,4% do PIB de 2018 para 2019, mas nos detalhes do documento percebe-se que essa taxa havia alcançado a média de 20,5% do PIB no período 2010-2014, quando, também por essa razão, o PIB crescia bem mais do que hoje. Em seguida, ela despencou para 14,6% do PIB em 2017, junto com o início da depressão em 2015. Ou seja, o valor que ela atingiu em 2019 está longe do que seria necessário para dar um impulso bem maior à economia.

Ainda não vejo as propostas de reformas necessárias do ministro Paulo Guedes, se aprovadas, e tampouco os projetos governamentais de infraestrutura, concessões e privatização, e os investimentos privados em andamento, como capazes de dar força bem maior aos investimentos como um todo, e trazer aumentos do PIB substancialmente superiores aos observados no último triênio.

Estagnado ao crescer abaixo do seu potencial nas quatro últimas décadas, a situação econômica do Brasil é bem mais complexa que a dada pelo diagnóstico predominante. É preciso um mais amplo e um plano nacional de crescimento econômico focado nos muitos problemas por enfrentar. E sustentado por um acerto político entre o Congresso e o presidente, e por lideranças que convoquem a Nação para a sua formulação e execução. Voltarei ao assunto neste espaço. Faltam diagnóstico mais amplo, plano para crescer mais e acerto político

Veículo: O Globo	Online
Data: 05/03/2020	Coluna: Economia

O GLOBO

Maia defende que Estado volte a investir para país crescer

Presidente da Câmara afirma que setor privado não vai resolver todos os problemas. Governo diz que não pode aumentar gastos



Participação. “Os investimentos públicos são muito importantes também para ajudar o crescimento”, diz Maia

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ontem que a lenta recuperação econômica do Brasil já era esperada e defendeu que o Estado volte a investir. Ressaltando a importância das reformas estruturais na economia, Maia avalia que a “principal mensagem” dos números do Produto Interno Bruto (PIB) é a necessidade da participação do Estado no crescimento e no desenvolvimento do país.

Em contrapartida, a equipe econômica defende que o caminho para estimular o crescimento não passa pelo aumento de gastos fiscais. Pelo contrário: a aposta é no efeito do ajuste das contas públicas sobre a credibilidade da economia brasileira. O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, lembrou que não há espaço fiscal para aumentar os gastos e avalia que a saída para lidar com o cenário adverso, de avanço do coronavírus, é a aprovação de reformas.

— Já era a expectativa, uma expectativa que infelizmente foi confirmada, não tão positiva. Os números mostram uma queda do volume de investimento público, queda de serviços na área pública, o que prova que a aplicação do Orçamento, os investimentos públicos, são muito importantes para ajudar o crescimento econômico —disse Maia.

CONSUMO DO GOVERNO CAI

O presidente da Câmara destacou a importância das reformas para o crescimento, mas ressaltou que o setor privado não pode resolver tudo:

— A gente não consegue organizar um país apenas com as reformas, cortando, cortando, cortando. Isso tudo é fundamental: reforma administrativa, previdenciária, tributária. Agora, para o

Brasil crescer, é importante que a gente olhe que o setor privado sozinho não vai resolver todos os problemas.

No ano passado, o consumo do governo caiu 0,4% em relação a 2019.

Para Sachsida, não há como o governo voltar a ser o indutor do crescimento, e a expansão da atividade terá de vir prioritariamente do investimento privado:

—Não há espaço fiscal para o aumento de gastos. A PEC do teto de gastos não permite isso, e nós entendemos que é fundamental manter o teto de gastos. Além disso, há estudos nacionais e internacionais que indicam que aumentar o gasto público pode reduzir o PIB. Em outras palavras, o que está ocorrendo é uma consolidação fiscal expansionista. Ao reduzir o gasto público, os juros caem e abrem espaço para aumentar os investimentos.

Veículo: O Globo	Online
Data: 05/03/2020	Coluna: Economia



Congresso mantém vetos do Planalto sobre o Orçamento

Congresso deve controlar R\$ 19 bilhões, e governo poderá bloquear emendas

No primeiro passo para cumprir o acordo firmado com o governo, o Congresso manteve ontem vetos do presidente Jair Bolsonaro que impediram os parlamentares de controlar a execução de R\$ 46 bilhões do Orçamento, sendo R\$ 30,1 bilhões nas chamadas emendas de relator. O Ministério da Economia informou que os projetos de lei enviados na terça pelo governo, e que devem ser votados nas próximas semanas, vão permitir ao Congresso definir a prioridade para a aplicação de R\$ 19 bilhões. Em contrapartida, os recursos poderão ser contingenciados e não haverá controle de deputados e senadores sobre a ordem de execução das emendas individuais.

A negociação desse acordo levou semanas, com capítulos de desalinho, como a declaração do ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, acusando os congressistas de “chantagem”. Também houve desentendimentos entre Câmara e Senado, que queriam ritos diferentes na votação. A Câmara defendia a votação dos projetos antes do veto. Contudo, acabou cedendo à pressão de parte dos senadores, que pediam a análise do veto antes das propostas. Os projetos devem começar a tramitar na próxima semana pela Comissão Mista de Orçamento, que reúne membros das duas Casas.

IDAS E VINDAS

O imbróglgio começou com o projeto enviado pelo governo no ano passado que alterou a Lei de Diretrizes Orçamentárias e repassou ao relator do Orçamento, Domingos Neto (PSD-CE), o controle de R\$ 30,1 bilhões. A mudança esvaziaria o poder dos ministros, que teriam uma fatia menor de recursos sob seus comandos. Atendendo a pedido da equipe econômica, Bolsonaro vetou a medida. Após a negociação, o presidente enviou anteontem três projetos de lei que deixarão uma fatia menor sobre o controle de Domingos Neto, que agora articula a divisão dos recursos com as cúpulas do Senado e da Câmara.

A votação não ocorreu assim que chegaram os projetos devido a problemas dentro do Senado e à falta de segurança do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), de que o acordo seria cancelado pelos colegas. Ontem, antes da análise dos vetos, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que, apesar das desconfianças, era preciso confiar na palavra empenhada de deputados e senadores.

—Hoje alguns tiveram dúvida. Mas acordo, palavra, entre deputados e senadores, temos que acreditar, se não, não vota mais durante um longo período (...) O importante é que entre nós o acordo seja feito e honrado —disse Maia.

Integrantes do grupo Muda Senado, que reúne cerca de 20 parlamentares, anunciaram discordâncias em relação aos projetos enviados pelo governo. Eles não concordam que o Congresso controle os recursos. Na Câmara, há um temor que outros senadores insatisfeitos com a condução de Alcolumbre no caso se juntem ao grupo e impeçam a aprovação dos projetos.

Enquanto questões internas fazem o acordo patinar no Congresso, o governo revelou que o valor a ser entregue ao comando dos parlamentares é maior que o previsto. Integrantes

da equipe econômica afirmaram em entrevista coletiva que o montante que será controlado por Domingos Neto será de R\$ 19 bilhões. O governo ficará com a execução de R\$ 101,1 bilhões de despesas que podem ser destinadas livremente, chamadas de discricionárias. Os totais das emendas parlamentares —recurso indicado por deputados e senadores — permanecem praticamente os mesmos. As emendas individuais continuam em R\$ 9,5 bilhões, e as emendas de bancadas estaduais, R\$ 5,9 bilhões. Já as emendas de comissões do Congresso caíram, de R\$ 700 milhões para R\$ 400 milhões.

O texto do governo define ainda critérios para bloqueio de recursos, que ocorre quando é preciso controlar os gastos. As emendas parlamentares e as despesas indicadas pelo relator poderão ser contingenciadas na mesma proporção dos recursos disponíveis para os ministérios.

— Nós estamos com uma nova realidade, o Orçamento Impositivo, que precisa ser regulamentado. Isso é uma realidade. Há uma insegurança disso na execução do Orçamento — disse o assessor especial de relações institucionais do Ministério da Economia, Esteves Colnago.

“O importante é que entre nós o acordo seja feito e honrado” Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara

Com meta R\$ 90 bilhões menor, CCJ do Senado aprova PEC dos Fundos Públicos

Para chegar a acordo, relator excluiu sete fundos que, juntos, somam pelo menos R\$ 91,4 bilhões em caixa

Por Vandson Lima — De Brasília

05/03/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC) que dá prazo de dois anos para extinção de fundos públicos da União, Estados e municípios.

Para chegar a um acordo, o relator, senador Otto Alencar (PSD-BA), aceitou retirar da revisão mais cinco fundos, que se somaram a outros dois - o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Fundo de Garantia à Exportação (FGE) - que terão sua permanência garantida.

Pelo acordo, ficam protegidos: o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), cujas emendas foram do líder do MDB, Eduardo Braga; o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), por emenda do senador Jorginho Mello (PL-SC); o Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (FNDCT), emenda do PDT e PT; e o Fundo nacional Antidrogas, emenda de Eliziane Gama (Cidadania-MA).

Somados ao FAT e FGE, os sete fundos excluídos do pente-fino somam, pelo menos, R\$ 91,4 bilhões em caixa. Os dados, fornecidos ao valor pelo relator, são de 2018, o que significa que com aportes do ano passado, ainda não consolidados, o montante possa ser ainda maior.

O governo federal esperava utilizar cerca de R\$ 220 bilhões que estão em 248 fundos para o abatimento da dívida pública. Com as emendas, o valor será substancialmente menor, de aproximadamente R\$ 130 bilhões.

O relator já havia suprimido do texto da PEC dos Fundos um dispositivo que retirava do teto de gastos, por um ano, despesas que forem financiadas com recursos decorrentes da desvinculação. A possibilidade, surgida a partir de emenda do próprio líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), causou forte reação da equipe econômica, que considerou até a possibilidade de abandonar a proposta.

O fluxo anual dos recursos depositados nos fundos é de R\$ 32 bilhões. A mudança fazia com que, no primeiro ano do período de dois anos em que os fundos serão reavaliados, esse dinheiro ficasse fora das regras do teto de gastos. Mas a equipe econômica não topou, preferindo a possibilidade de, se o teto permitir, gastar os R\$ 64 bilhões em dois anos, mas ficando protegido em caso contrário.

Os novos recursos desvinculados em decorrência da PEC serão destinados a projetos e programas voltados à erradicação da pobreza; investimentos em infraestrutura que visem a reconstrução nacional, com prioridade à implantação e conclusão de rodovias e ferrovias, além da interiorização de gás natural produzido no Brasil; projetos e programas voltados à segurança de regiões de fronteira; revitalização de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; e a projetos de pesquisa e Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação.

A PEC dos Fundos, uma das três encaminhadas pelo governo no Pacote Mais Brasil, vai agora ao plenário do Senado e, depois, à Câmara dos Deputados. Se receber mais alterações, volta para nova análise dos senadores.

A CCJ dedicará as próximas sessões à PEC que cria gatilhos para corte de despesas - a chamada PEC emergencial. Após três audiências públicas nos dias 10, 12 e 16, a leitura do parecer ocorrerá dia 18 e a votação, dia 25.

Comissão deve votar reforma tributária no início de maio

Relator pretende divulgar parecer em 28 de abril

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

05/03/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Aguinaldo Ribeiro: relator da reforma tributária disse que conta com apoio dos governadores para encerrar a “esquizofrenia” do ICMS e a guerra fiscal sem vencedores — Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

O relator da reforma tributária o projeto no Congresso, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), decidiu adiar para o dia 28 de abril a apresentação do parecer na comissão especial do Congresso e deixar a votação para 5 de maio. Até então, a previsão era que a votação ocorresse um mês antes, no início de abril, mas o parlamentar alegou que haverá dois feriados no meio e que será importante a realização de audiências públicas para ouvir todos os afetados pelo projeto.

“Vamos ter a Semana Santa e o feriado de 21 de abril, serão duas semanas mais esvaziadas. Eu não gostaria de que apresentássemos e o texto e deixássemos com hiato muito grande para votação”, afirmou Ribeiro. Na projeção dele, isso não afetará o calendário de forma significativa e já no dia 6 de maio seria possível apresentar a proposta na comissão da Câmara, para votação em plenário até o fim do mês e aí deliberação pelo Senado antes da eleição.

O plano de trabalho dele prevê a realização de cinco audiências públicas: no dia 10, com uma especialista em imposto sobre valor agregado (IVA), Rita de la Feria; no dia 11, com o ministro da Economia, Paulo Guedes; dia 17, dos secretários da Fazenda estaduais;

dia 18, com representantes dos municípios; e dia 24 de março, com o setor privado. Sobrariam 30 dias para negociar o texto com os parlamentares.

A confusão, contudo, já começou com o calendário e definição das audiências públicas. A oposição queria inserir um especialista em tributação progressiva e o senador José Serra (PSDB-SP) protestou várias vezes contra a convocação da Professora de Direito Tributário na Universidade de Leeds, Rita de la Feria. “Estamos dando uma de curaracha, ouvindo ela só porque fala inglês. Ela não conhece nada daqui, não entende de ICMS, vamos só perder tempo”, reclamou. O relator argumentou que a professora, portuguesa, é especialista em países que adotaram o IVA.

Já o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) protestou contra o convite a Guedes na próxima semana. “Se for só para ele vir aqui dizer que a proposta do governo estará pronta na semana seguinte, não vamos perder tempo”, disse. O líder do governo, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), interveio e disse que o acordo foi apresentar as sugestões direto à comissão. “Eu já pedi e não vi a proposta. Hoje ela não existe, eu ratifico. Se você já viu, parabênzinhos vossa excelência por ter conseguido”, ironizou o tucano.

Com o impasse sobre as audiências, apenas a primeira foi votada e as demais ficaram para serem decididas na terça-feira.

Outro a mandar um recado para o governo foi o relator, que, no primeiro discurso à comissão, enfatizou que não faz sentido fazer a reforma sem o ICMS. Guedes quer juntar só os impostos federais e deixar o ICMS para os governadores, caso eles queiram aderir - o que ele tem chamado de “IVA-Dual”. A preocupação na equipe econômica é que o projeto mais amplo enfrente mais resistência e fique inviabilizado, mas Aguinaldo insistiu. “Hoje já temos a disposição dos Estados brasileiros, dos governadores e dos secretários de Fazenda, de fazer a reforma visto que a legislação do ICMS virou esquizofrenia no país e a guerra fiscal talvez não tenha vencedor, só perdedores”, insistiu o relator.

Os parlamentares se alternaram em falas a favor e contra a reforma em discussão, que terá como base a proposta de emenda constitucional (PEC) 45, que unifica ICMS, PIS, Cofins, IPI e ISS em um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Houve pedidos pela desoneração da folha de salários, para atender o setor de serviços, mudança na tributação da renda e patrimônio e tratamento diferenciado para os pobres.

O relator afirmou que o debate sobre a desoneração da folha “está posto” e que será necessário negociar com o governo qual o caminho. Ele é crítico da ideia de um imposto sobre transações, como extinta CPMF, mas o sub-relator escolhido, o senador major Olímpio Gomes (PSL-SP), está entre os defensores dessa ideia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Jovens descobriram como obter os melhores descontos na Amazon

CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

O melhor distribuidor drop nacional mizuno lançamento a R\$79,90

WWW.MIXBARATO.NET

LINK PATROCINADO

Levante | Invista melhor em 2020. Baixe agora o relatório e saiba qual é o melhor fundo imobiliário para 2020.

LEVANTE IDEIAS

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Governo Bolsonaro cede servidores para acompanhar Lula em viagem à Europa

VALOR INVESTE

Governo britânico admite abandonar negociações com a União Europeia

Economia deve crescer mais de 2%, afirma Guedes

Ministro afirma acreditar que impacto do coronavírus na economia brasileira será menor que no resto do mundo

Por Mariana Ribeiro, Lu Aiko Otta e Edna Simão — De Brasília

05/03/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Mesmo com os efeitos do coronavírus, a economia brasileira deverá crescer acima de 2% em 2020, disse ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes. A nova estimativa oficial deverá ser divulgada na semana que vem.

Segundo cálculos da Secretaria de Política Econômica (SPE) da pasta, o resultado do quarto trimestre de 2019 já contribui com uma expansão de 0,8%. É o chamado “carry over”, ou efeito estatístico. Já o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) de 2019, divulgado ontem, veio “dentro do previsto”, afirmou o ministro.

Ele frisou que, desde o início do governo, vinha dizendo que o crescimento ficaria perto de 1% no primeiro ano da sua gestão e que era esperada uma aceleração nos anos seguintes. “À medida que as reformas vão acontecendo, e elas vão ser implementadas, o Brasil vai reacelerando. Está tudo dentro do previsto. Nem entendi essa comoção toda, de 1,1%. O que esperavam? Era 1%.”

O ministro argumentou que o fato de o Brasil ter tido uma economia “relativamente fechada” no passado acaba fazendo com que o efeito da desaceleração global seja menor agora. “Se nós não pegamos o vento a favor, agora também, no vento contra, o impacto é menor”, afirmou, acrescentando que o país tem uma “dinâmica própria de crescimento”. “O Brasil não é uma folha ao vento, ao sabor das ondas internacionais”, ponderou.

De acordo com Guedes, o mundo está em rápida desaceleração enquanto o Brasil está começando a reacelerar, mesmo que lentamente. Ele acrescentou que, “até em função da gravidade da crise lá de fora”, o país precisa “trabalhar mais forte e aprofundar as reformas”.

O momento difícil da economia mundial devido ao coronavírus pode ser um elemento de união dos líderes políticos do Brasil em favor das reformas, comentou o secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida. “As grandes lideranças políticas poderão entrar num acordo no sentido de aprovar as medidas de ajuste”, disse. “É nos momentos difíceis que os grandes homens aparecem.”

O mantra repetido no Ministério da Economia é que o melhor remédio contra os efeitos negativos que o coronavírus pode trazer para a atividade é persistir no caminho das reformas. “Fiscal, fiscal, fiscal bem-feito tem retorno no curto, médio e longo prazos”, disse o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues.

Ele afirmou que, quando ficou clara a perspectiva de aprovação da reforma da Previdência, a economia brasileira cresceu a taxas que, anualizadas, chegou a 2,3%. De acordo com Sachsida, a segunda metade do ano passado foi a melhor desde 2013.

Para 2020, o plano é persistir nas reformas. Waldery citou a aprovação das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) Emergencial, dos Fundos e do Pacto Federativo, o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), as reformas administrativa e tributária. “O primeiro elemento é a consolidação fiscal, o segundo é a melhoria alocativa, e o terceiro, cuidar do crédito”, enumerou o secretário de Fazenda.

Nesse último grupo, citou o saque-aniversário do FGTS, que tem 2 milhões de interessados, podendo chegar a 10 milhões e com possibilidade de contratação de créditos de até R\$ 100 bilhões. Também falou de iniciativas em preparação para fortalecer o mercado de capitais. Mencionou ainda a medida provisória do Agro, que reformulou o crédito no setor, e as medidas de aperfeiçoamento do crédito consignado e dos compulsórios.

A adoção de estímulos fiscais para minorar os efeitos do coronavírus sobre a atividade econômica não é o melhor caminho, afirmou Sachsida. Dada a situação das contas públicas brasileiras, medidas nessa direção, segundo ele, poderiam prejudicar em vez de ajudar o PIB.

Sachsida reconheceu que o investimento avançou menos em 2019 do que em 2018. Foi um aumento de 2,24% ante 3,91%. “Mas temos de olhar para o movimento das placas tectônicas”, disse. Em anos passados, as taxas eram mais elevadas. Porém, havia, segundo ele, “brutal direcionamento do governo”. Agora, diz, o investimento segue a lógica de mercado e busca o melhor retorno.

Segundo a SPE, o investimento deve aumentar este ano, puxado por redução na taxa de juros, aumento da lucratividade das empresas e expansão do crédito.

Plano de ajuda traz alívio ao Rio, mas não contém gasto com pessoal

Estado negocia ampliação do Regime de Recuperação Fiscal de seis para dez anos

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

05/03/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Pedro Paulo, relator do Plano Mansueto: Estados que cumprirem metas teriam ritmo de pagamentos mais suave — Foto: Pablo Valadares/Agência Câmara

Rumo ao seu terceiro ano no Rio de Janeiro, o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) foi ineficaz até agora em conter gastos de pessoal e ampliar o fluxo de receitas do governo fluminense, mas representou até o fim de janeiro um alívio financeiro de R\$ 42,22 bilhões para o Estado.

Em conjunto com outros três Estados que ainda pleiteiam a adesão ao RRF, o Rio de Janeiro negocia com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a revisão dos termos do regime.

Segundo apurou o **Valor**, já existe consenso entre as partes em torno da extensão do prazo máximo de duração do RRF para dez anos, em vez dos seis atuais. O texto fechado entre os Estados e o Tesouro será apresentado ao deputado federal Pedro Paulo (DEM-RJ), relator do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF), conta fonte que acompanha de perto as negociações.

Caberá ao parlamentar acolher ou não a sugestão, mas Pedro Paulo se diz favorável ao alongamento. “Concordo se os critérios [para a extensão de prazo] estiverem bem definidos”, ressalta.

A prioridade no caso do Rio de Janeiro é, além de estender a duração do RRF, postergar o reinício dos pagamentos da dívida fluminense com o governo federal. Pelo cronograma atual, o Estado teria de voltar a honrar suas dívidas com a União a partir de setembro deste ano.

Uma das propostas em discussão - segundo a fonte que falou sob condição de anonimato - seria incrementar o valor pago a cada ano até chegar a 100% do serviço da dívida, ao fim de dez anos. Assim, os Estados começariam a pagar 10% do serviço ao fim do primeiro ano de vigência do novo regime e passariam para 20% após o segundo. O nível de desembolsos seguiria aumentando gradativamente a um ritmo de dez pontos percentuais por ano.

As discussões em torno do retorno escalonado aos pagamentos ainda estão em aberto, frisa a fonte. Relator do PEF (mais conhecido como Plano Mansueto), Pedro Paulo enxerga a possibilidade de suavizar a retomada das amortizações para os Estados que cumprirem mais rigorosamente as obrigações previstas no novo regime. “A retomada seria mais lenta se as medidas forem cumpridas.”

A intenção é estabelecer metas de ajuste ano a ano, com suas respectivas punições em caso de descumprimento.

Único Estado incluído no RRF, o Rio registrou aumento na despesa com pessoal ativo concursado desde a sua adesão ao plano de socorro financeiro. Os dados constam do relatório de fevereiro do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal. Em agosto de 2017, mês anterior ao início da vigência do regime, o Executivo fluminense desembolsou R\$ 906,8 milhões com o pagamento de funcionários da ativa. Ao fim do ano passado, esse total estava em R\$ 940,8 milhões.

Embora a despesa tenha crescido em termos nominais, houve retração de 5,36% considerando a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período, pelos cálculos do **Valor Data**.

A despesa de pessoal efetivamente realizada cresceu de R\$ 41,1 bilhões, em 2017, para R\$ 44 bilhões em 2019, se forem considerados os valores nominais gastos com servidores do Executivo e de outros poderes.

O aumento ocorreu apesar da diminuição no número de servidores em atividade. Desde agosto de 2017, o quadro de pessoal do Executivo estadual encolheu 9%, segundo o Conselho de Supervisão do RRF, para 172,5 mil.

A queda foi insuficiente para contrabalançar o ritmo acelerado de expansão da folha salarial fluminense durante boa parte desta década. A despesa bruta com pessoal mais do que dobrou entre 2011 e 2018 no Estado, segundo dados do Tesouro. O cálculo leva em consideração a despesa empenhada (autorizada pelo gestor público), corrigida pelo IPCA.

Ainda assim, o Regime de Recuperação Fiscal permitiu uma melhoria no resultado nominal do governo fluminense. O indicador, que mede as necessidades de financiamento do Estado, terminou o ano passado no patamar negativo de R\$ 13,76 bilhões. Em 2017, o déficit foi mais que o dobro (R\$ 28,17 bilhões).

Nesse caso, o Estado foi beneficiado pela estabilização das despesas totais do governo fluminense desde 2017. E, também, por receitas extraordinárias de R\$ 1,2 bilhão resultantes do leilão dos excedentes da cessão onerosa e da arrecadação de royalties do petróleo. A receita do governo com royalties e participações especiais somou R\$ 13,5 bilhões em 2019.

Consumo é o motor da economia

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL

Agência Brasil, Brasília

A economia brasileira nos últimos três anos permanece ancorada na demanda interna, principalmente no consumo das famílias. A avaliação é da coordenadora de contas nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rebeca Palis. Em 2019, a demanda interna cresceu 1,7%, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) fechou o ano passado com crescimento de 1,1%.

Do crescimento total da demanda interna, 1,2% se refere ao consumo das famílias. Já o setor externo contribuiu negativamente com 0,5% em consequência da queda de 2,5% das exportações e bens e serviços.

Para a coordenadora, o consumo das famílias, que em 2019 subiu 1,8%, é o grande motor da economia, porque representa 65% na composição do PIB. Segundo ela,

porte, especialmente o de carga, e o comércio. Essas duas atividades econômicas, que pesam muito dentro dos serviços, que correspondem mais ou menos por 3/4 da economia brasileira como um todo, também foram afetados por esse problema de desaquecimento da demanda mundial", disse, acrescentando, que, em 2018, as exportações tinham crescido 4% em volume e caíram 2,5% em 2019.

o que ocorre na economia é extremamente relacionado ao desempenho do consumo das famílias. De acordo com Rebeca, o terceiro ano seguido de alta no consumo das famílias tem muito a ver com a recuperação do mercado de trabalho, apesar de ela ser ancorada pela informalidade. Rebeca destacou ainda outros fatores que influenciaram o resultado de 2019.

"Ano passado teve ainda a queda da Selic, a inflação ficou mais ou menos no mesmo patamar de 2018, porque

Do crescimento da demanda interna, 1,2% se refere aos gastos das famílias

sofreu um repique no final do ano. Teve ainda a liberação do FGTS, apesar de que parte desses recursos não foi direcionada ao consumo das famílias e sim para abater dívida e o crédito, principalmente, direcionado às pessoas físicas favorecendo o consumo das famílias e a construção", disse ela.

Patamar

Embora o PIB tenha registrado crescimento de 1,1% em 2019, o percentual ficou abaixo de 2017 e 2018, quando ficou em 1,3%, depois de dois anos de quedas em 2015 (3,5%) e 2016 (3,3%). Rebeca informou que mesmo com o crescimento dos últimos três anos, a economia brasileira ainda não recuperou o pico pós-crise econômica, que foi no primeiro trimestre de 2014.

"A gente ainda está 3,1% abaixo, mas, ao mesmo tempo, já está acima do vale que foi o pior momento da crise, que foi no quarto trimestre

de 2016 e a gente já está 5,4% acima. Isso significa que a economia está no mesmo patamar do primeiro trimestre de 2013 e vale também para o PIB per capita, que é o PIB dividido pela população residente".

Conforme a coordenadora, a variação um pouco abaixo em 2019 na comparação com os dois anos anteriores pode ser explicada pela conjuntura diferente de 2018, quando a indústria de transformação e as exportações cresceram, mas no ano passado sofreram influência da baixa da demanda mundial, principalmente, pela crise da Argentina, principal parceiro comercial dos produtos industrializados do Brasil.

"Isso prejudicou a indústria de transformação, que ficou praticamente estável no ano passado, contra um crescimento de 2018, mas, por outro lado, isso afetou outros serviços também. A indústria de transformação afeta diretamente o trans-

Redução dos gastos públicos influenciou

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL

Agência Brasil, Rio de Janeiro

Apesar de em termos estatísticos não ser tão significativa a diferença entre 2018 e 2019, passando de 1,3% para 1,1% de crescimento, ainda de acordo com a coordenadora do IBGE Rebeca Palis, há que se considerar a pequena desaceleração dos serviços, com influência também para a redução de gastos do governo.

“Se olhar os componentes dos serviços, o que puxou para baixo? Exatamente a parte de administração pública. O governo está passando por uma restrição fiscal”.

Em 2019, despesas de consumo do governo caíram 0,4%. Rebeca destacou ainda que o rompimento da barragem em Brumadinho (MG) provocou impacto na atividade extrativa mineral, que vinha colaborando com crescimento do PIB. Ano passado o setor registrou queda de 1,1%.

A coordenadora destacou a aceleração na economia entre o primeiro e o segundo semestres do ano passado. Enquanto na comparação com 2018, o primeiro trimestre de 2019 teve um crescimento na ponta de 0,0%, os seguintes subiram 0,5%, 0,6% e 0,5%, respectivamente, mantendo o crescimento. Isso permitiu fechar o ano com variação positiva de

1,1%. Parte dessa variação foi decorrência da construção, que se refletiu em outras atividades.

“Melhora substancial”

“A construção melhorou no ano passado, o que afetou positivamente também os investimentos. Depois de cinco anos seguidos de queda, a construção teve crescimento de 1,6%, puxado, principalmente, pela construção residencial, pelos imóveis residenciais, já que a infraestrutura está bastante reprimida, pela queda dos gastos do governo”, disse.

A avaliação da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia é que “a composição do PIB indica uma melhora substancial, com aumento consistente do crescimento do PIB e do investimento privado, de forma que a economia mostra dinamismo independente do setor público”.

COLABOROU KELLY OLIVEIRA

As despesas do governo caíram 0,4%, o que refletiu no setor de serviços

PIB: Guedes não entrega o que prometeu

A economia brasileira cresceu apenas 1,1% em 2019, o pior crescimento dos últimos três anos. O ministro Paulo Guedes disse, no início de 2019, que o país crescerá 2%, para, em maio, reduzir a previsão para 1,5%. Crescemos quase 30% menos que o previsto e já se sabe que cresceremos menos de 2% em 2020. Paulo Guedes fala muito, mas não vem entregando o que promete.

O Congresso Nacional aprovou a reforma da Previdência e vários outros projetos, mas o governo Bolsonaro entregou ao país um crescimento do PIB menor do que o registrado nos dois anos do governo Temer, quando muitas reformas ainda estavam por fazer. Há algo errado no Posto Ipiranga e no executivo principal da holding Brasil, e o erro está no pouco dinamismo dos investimentos.

A expectativa era que a

taxa de investimento, que passou o período 2013/2017 em queda livre, embicasse para cima com o novo governo. Mas, em 2019, a taxa de investimento cresceu apenas 2,2%, menos do que no último ano do governo Temer, quando subiu 3,9%.

O investimento cresce pouco por conta de vários fatores, entre eles a capacidade ociosa das empresas que ainda permanece alta e a insegurança do empresário no futuro, afinal, o presidente da República conti-

nua criando crises ininterruptas e empurrando para baixo as expectativas.

Já se disse aqui que o governo Bolsonaro é um governo anti-investimento, e isso pode ser constatado não apenas no exterior – onde, por conta da política ambiental, o Brasil entrou na lista dos países avessos à economia sustentável –, mas também no próprio governo, afinal, Paulo Guedes anunciou um grande programa de privatizações, um verdadeiro “atacadão de estatais” e, no entanto, não houve uma priva-

tização sequer do primeiro ano de governo.

Tampouco houve qualquer política, qualquer linha de crédito visando à modernização do parque industrial, ou o estímulo ao investimento e a inovação.

O PIB cresce lentamente e mesmo o consumo das famílias, cuja expectativa era de maior crescimento, cresceu 1,8%, menos que em 2017 e 2018. Apenas alguns setores mostram maior dinamismo, como a construção civil, que, com a redução dos juros, viabilizou um crescimento de 1,6%, e os serviços com um incremento pífio de 1,3%. A verdade é que, após um ano de governo, o ministro Paulo Guedes fala muito e entrega pouco. E o presidente da República, que deveria estar em reuniões diárias com sua equipe econômica buscando novos investimentos, prefere investir na polarização política.

Ministro disse, no início de 2019, que o país crescerá 2%, para, em maio, reduzir a 1,5%

O presidente continua criando crises e empurrando para baixo as expectativas

Mercado da saúde em Salvador

O setor da saúde em Salvador é palco de grandes investimentos e está em expansão. A Rede D'Or São Luiz, por exemplo, maior grupo hospitalar do país, adquiriu o controle do Hospital São Rafael, comprou 49% das ações do Hospital Córdio Pulmonar, estando nos planos sua aquisição completa, e assumiu o controle do Hospital Aliança, que fatura anual-

mente cerca de R\$ 450 milhões – ficando entre as 25 maiores empresas da Bahia. Já a rede hospitalar Mater Day está investindo cerca de R\$ 300 milhões em um novo hospital na avenida Garibaldi. E vários grupos nacionais e internacionais estão de olho em hospitais privados. Estima-se que este mercado movimente mais de R\$ 15 bilhões por ano no estado.

Bahia comanda os ventos

Assim como Iansã, a Bahia comanda os ventos. E está produzindo cerca de 35% da energia eólica do país. A produção cresceu 50% em 2019, em relação a 2018. A geração de energia solar cresceu 70%, cerca de 35% da produção do país. Os parques que estão em operação no estado já investiram mais de R\$ 20 bilhões e criaram mais de 32,2 mil empregos. E são

empresas implantadas no semiárido baiano, que geram atividade econômica numa área extremamente pobre. A Bahia já tem 165 parques eólicos em operação, com capacidade instalada de 4 GW, e quase 1.500 moinhos de vento. É uma vantagem competitiva e abre perspectivas de ampliação do parque industrial ligado ao setor.

FEVEREIRO

Petrobras bate recorde de exportação de combustível

AGÊNCIA BRASIL

Rio de Janeiro

Em fevereiro, a Petrobras exportou 238 mil barris de óleos combustíveis por dia, com 1 milhão de toneladas no mês. A marca é recorde para a estatal, que foi beneficiada pela mudança na especificação mundial do combustível marítimo (IMO 2020).

O novo padrão internacional reduziu o limite de teor de enxofre de 3,5% para 0,5% a partir de janeiro deste ano, o que gerou oportunidades para a Petrobras, que produz petróleo e óleo combustível com baixos teores de enxofre.

Segundo nota divulgada pela empresa estatal, as exportações de petróleo continuaram em patamares elevados em fevereiro, com volumes acima de 690 mil barris por dia.

Exportações

A Petrobras destaca que isso só foi possível devido ao ajuste de fluxo das exportações, aumentando a destinação dos produtos para Caribe, Estados Unidos e Europa, no lugar da Ásia, que é o principal destino das exportações da empresa, mas encontra-se com o mercado restrito devido ao surto de coronavírus (Covid-19) que afeta a região.

A Petrobras também destacou que ainda não é possível avaliar os impactos que o surto pode levar à companhia, diante dos desdobramentos na economia global.

CORONAVÍRUS China é o maior cliente da agroindústria baiana, que já sente efeito da queda nos preços

Economia do estado deve sofrer impacto negativo decorrente de surto

DA REDAÇÃO

Apesar de ainda não haver registrado qualquer de contaminação em seu território, a economia da Bahia deve sofrer impacto negativo decorrente da ocorrência da epidemia (possível pandemia) do coronavírus.

Tem-se percebido um desencadeamento global de relativo pânico, provocando efeitos econômicos sobre as bolsas de todo mundo, mercado de câmbio e sobre cadeias de valor globais, especialmente aquelas mais dependentes da produção da China, país de origem da epidemia e nosso principal parceiro comercial (destino de um quarto das exportações baianas).

Até o momento, o maior impacto está ocorrendo na economia chinesa, com o fechamento de algumas fábricas, regiões em quarentena e a redução da atividade comercial pelo medo de contágio dos cidadãos, reduzindo a atividade econômica.

Além da China, os países mais afetados são a Coreia do Sul, Itália, Irã e Japão, com a ocorrência de interrupção de serviços, cancelamento de eventos e paralisação de atividades. Viagens aéreas internacionais têm sido canceladas no mundo todo.

Desse modo, organizações multilaterais como a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OECD) têm alertado sobre o dano que a epidemia do coronavírus pode causar ao crescimento econômico global este ano.

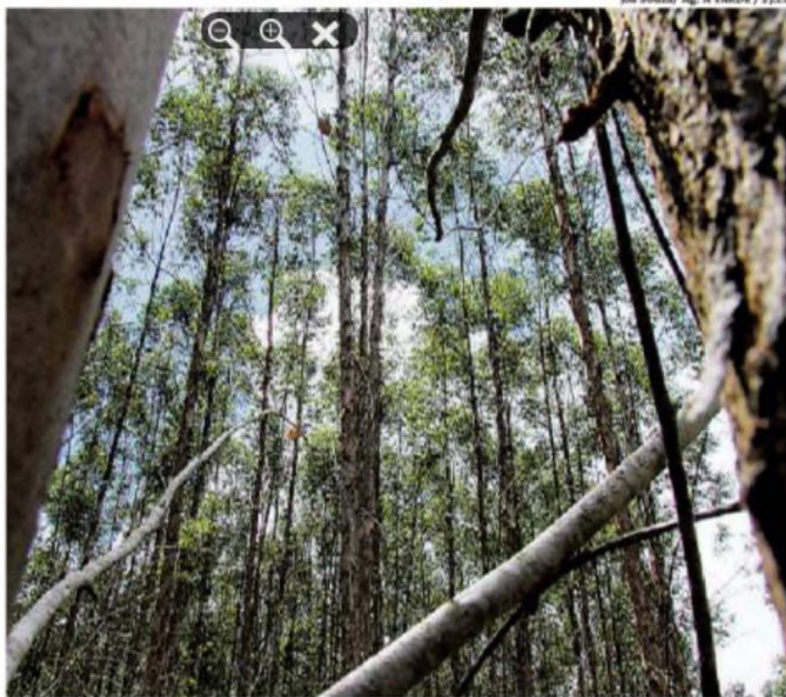
Em contrapartida, os países do G-7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido) declararam que estão prontos para tomar ações e proteger a economia global, inclusive com medidas fiscais.

Segmentos afetados

Tendo em conta que o país integra a economia global, evidentemente o Brasil e a Bahia sofrerão efeitos negativos da epidemia do coronavírus, com destaque para a redução do fluxo de negócios com a China. Importante comprador de commodities, a China é o maior cliente da agroindústria baiana de soja e celulose, que deve sofrer com o enfraquecimento da demanda e queda nos preços.

Do lado da importação, o país é o grande fornecedor global de componentes de painéis solares, equipamentos para energia eólica, informática e eletroeletrônicos, e já há relatos locais de falta de peças nesses segmentos, particularmente em Ilhéus, em razão da interrupção da produção ou redução dos embarques da China.

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), a Ásia representa 80% da origem dos componentes elétricos e eletrônicos do Brasil, 42% dos itens são provenientes da China. O presidente do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos, Computadores, Informática e Simila-



Celulose e soja são as commodities mais exportadas da Bahia para a China

“Algumas empresas já estão trabalhando abaixo da sua capacidade (de produção) total”

SILVIO COMIN, da Abinee

res de Ilhéus e Itabuna, na Bahia, Silvio Comin, afirma que algumas empresas já estão trabalhando abaixo da sua capacidade total.

Políticas sanitárias

Ele também estima que, “se não houver normalização dos processos produtivos na China e do abastecimento de componentes, as atividades poderão ser temporariamente suspensas”.

No entanto, a Federação

das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), segundo o presidente Ricardo Alba, acredita que os prejuízos serão limitados e de curto prazo, sendo contidos, no campo da saúde, pelas políticas sanitárias adotadas em todo o mundo, que promoverão o retrocesso da epidemia, quanto, no campo econômico, pelas medidas de estímulo dos governos da China e dos países do G7, especialmente.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 05/03/2020	Coluna: Economia



ARMANDO AVENA – PIB: GUEDES NÃO ESTÁ ENTREGANDO O QUE PROMETEU



5 Março, 2020

A economia brasileira cresceu apenas 1,1% em 2019, o pior crescimento dos últimos 3 anos. O ministro Paulo Guedes disse, no início de 2019, que o país cresceria 2%, para, em maio, reduzir a previsão para 1,5%. Crescemos quase 30% menos que o previsto e já se sabe que cresceremos menos de 2% em 2020. Paulo Guedes fala muito, mas não vem entregando o que promete. O Congresso Nacional aprovou a Reforma da Previdência e vários outros projetos, mas o governo Bolsonaro entregou ao país um crescimento do PIB menor do que o registrado nos dois anos do governo Temer, quando muitas reformas ainda estavam por fazer. Há algo errado no Posto Ipiranga e no executivo principal da holding Brasil e o erro está no pouco dinamismo dos investimentos.

A expectativa era que a taxa de investimento, que passou o período 2013/2017 em queda livre, embicasse para cima com o novo governo. Mas em 2019, a taxa de investimento cresceu apenas 2,2%, menos do que no último ano do governo Temer, quando subiu 3,9%. O investimento cresce pouco por conta de vários fatores, entre eles a capacidade ociosa das empresas que ainda permanece alta e a insegurança do empresariado no futuro, afinal, o presidente da República continua criando crises ininterruptas e empurrando para baixo as expectativas. Já se disse aqui que o governo Bolsonaro é um governo anti-investimento e isso pode ser constatado não apenas exterior – onde por conta da política ambiental o Brasil entrou na lista dos países avessos à economia sustentável – mas também no próprio governo, afinal, Paulo Guedes anunciou um grande programa de privatizações, um verdadeiro “atacadão de estatais” e, no entanto, não houve uma privatização sequer do primeiro ano de governo.

Tampouco houve qualquer política, qualquer linha de crédito visando a modernização do parque industrial, ou o estímulo ao investimento e a inovação. O PIB cresce lentamente e mesmo o consumo das famílias, cuja a expectativa era de maior crescimento, cresceu 1,8%, menos que em 2017 e 2018. Apenas alguns setores mostram maior dinamismo, como a construção civil que, com a redução dos juros, viabilizou um crescimento de 1,6%, e os serviços com um incremento pífio de 1,3%. A verdade é que após um ano de governo, o ministro Paulo Guedes fala muito e entrega pouco. E o presidente da República, que deveria estar em reuniões diárias com sua equipe econômica buscando novos investimentos, prefere investir na polarização política.

SAÚDE EM SALVADOR

O setor de saúde em Salvador é palco de grandes investimentos e está em expansão. A Rede D’Or São

Luiz, por exemplo, maior grupo hospitalar do país, adquiriu o controle do Hospital São Rafael, comprou 49% das ações do Hospital Córdio Pulmonar, estando nos planos sua aquisição completa, e assumiu o controle do Hospital Aliança, que fatura anualmente cerca de R\$ 450 milhões, ficando entre as 25 maiores empresas da Bahia. Já a rede hospitalar Mater Day está investindo cerca de R\$ 300 milhões num novo hospital na Av. Garibaldi. E vários grupos nacionais e internacionais, estão de olho em hospitais privados. Estima-se que o mercado de saúde na Bahia movimente mais de R\$ 15 bilhões por ano.

A BAHIA COMANDA OS VENTOS

Assim como Iansã, a Bahia comanda os ventos. E está produzindo cerca de 35% da energia eólica do país. A produção cresceu 50% em 2019, em relação a 2018. A geração de energia solar cresceu 70% , cerca de 35% da produção do país. Os parques que estão em operação no estado já investiram mais de R\$ 20 bilhões e criaram mais de 32,2 mil empregos. E são empresas implantadas no semiárido baiano, que geram atividade econômica numa área extremamente pobre. A Bahia já tem 165 parques eólicos em operação, com capacidade instalada de 4GW e quase 1500 moinhos de vento. É uma vantagem competitiva do nosso estado e abre perspectivas de ampliação do parque industrial ligado ao setor.

Tribuna

RAUL MONTEIRO

Ainda tem gente surpresa com o pibinho de Bolsonaro

Mais surpreendente do que o pibinho de 1,1% que o governo Jair Bolsonaro (PSL) conseguiu apresentar ao país em um ano

mais do que aguardado de sua gestão foi a aparente tranquilidade que o ministro da Economia, Paulo Guedes, considerado o Posto Ipiranga de um presidente que manifestamente não conhece nem se preocupa em aprender um pouco de economia, tentou passar diante dos números vexatórios, assinalando que já eram esperados. Jogando para o futuro, como fazem todos que não têm resultados a apresentar no presente, Guedes disse que este ano, no entanto, a economia deve crescer 2%, se as reformas avançarem.

Deveria ter dito que o país poderá melhorar um pouco sua performance em 2020, primeiro, se ele apresentar as reformas administrativa e tributária, que até agora sua equipe não teve a capacidade de formatar, e o presidente e sua prole deixarem de assustar investidores com as grosserias de

sempre e as ameaças constantes contra as instituições. "Até agora, eu não diria que houve surpresa nenhuma. Estou surpreso com a surpresa que vocês estão tendo", disse o ministro à imprensa ao fim de uma cerimônia ontem no Palácio do Planalto, tentando tapar o sol com a peneira, ou seja, a fragilidade de seu trabalho.

Por que não pode ser outro o motivo, além das dificuldades criadas pelo estilo desagregador e pouco comprometido com a pauta econômica do próprio presidente, que leva um governo em início de mandato, portanto em praticamente clima de lua de mel com o eleitorado, com tudo a fazer pela frente, impulsionado por uma onda estrondosa de otimismo depois de uma devastação promovida pelo adversário e antecessor, a entregar tão pouco em relação ao esperado. Ninguém pode esquecer, por exemplo, que o resultado do PIB de 2019 é menos da metade do projetado inicialmente pelos economistas.

No final de 2018, às vésperas da posse de Bolsonaro, analistas do mercado financeiro renovaram



a aposta na retomada e projetaram um crescimento de 2,55% para o ano passado, depois de dois anos de fraquíssimo crescimento da economia brasileira. Em 2017 e em 2018, a primeira divulgação do PIB mostrou expansão de 1,1%. Posteriormente, os dados foram revisados para 1,3%. Em 2015 e 2016, houve queda no PIB, conforme todos os jornais relataram ontem. Quanto ao ministro, continuou falando muito sem dizer nada, ao menos um avanço em relação às bobagens que, a exemplo do presidente, costuma soltar.

"O Brasil é um país de dimensão continental, tem própria dinâmica de crescimento, se fizermos nossas reformas, vamos reacelerar nosso crescimento", bateu sobre o óbvio, tentando completar: "Se as reformas continuarmos, nós achamos que vamos passar de 2%". Será necessário mais um ano para a turma que apóia esse governo, incluindo aí o mercado, entender que, os anteriores, capitaneados pelo PT, em especial por Dilma Rousseff, foram verdadeiramente uma tragédia, mas que este de agora, com essa gente de baixíssimo nível intelectual, está longe de poder representar a grandeza do nosso Brasil?

* Raul Monteiro é editor da coluna Raio Laser e do site Política Livre e escreve neste espaço às quintas-feiras.

Tribuna

Contas

O Tribunal de Contas dos Municípios rejeitou, na sessão de ontem, as contas da prefeitura de Pirajó do Norte, da responsabilidade do prefeito Everaldo Souza dos Santos, relativas ao exercício de 2018. O relator do parecer, conselheiro Fernando Vita, multou o gestor em R\$4 mil em razão das irregularidades apontadas no relatório técnico. Também foi determinada uma segunda multa, no valor de R\$28.800,00, equivalente a 30% dos subsídios anuais do prefeito, devido a extrapolação do limite para despesa total com pessoal – o que motivou o parecer pela rejeição. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, as prefeituras podem investir até 54% da receita corrente líquida em gastos com pessoal. No caso da prefeitura de Pirajó do Norte, foram investidos 65,18%. Ainda cabe recurso da decisão.

RAUL MONTI

Ainda tem gente
o pibinho de Bol

Mais surpreendi
que o pibinho
que o governo
Bolsonaro (P
conseguiu apr
ao país em ur

Tribuna

Câmara recebe reforma da Previdência dos servidores

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

Chegou à Câmara Municipal de Salvador, na tarde de ontem, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2020, que modifica regras relativas ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos municipais. A iniciativa impacta em 30 mil funcionários (ativos e inativos), com objetivo de reduzir em cerca de 40% o déficit previdenciário de R\$ 7,2 bilhões do Município.

A chegada do texto, que trata sobre a adequação do Fundo de Previdência Muni-

cipal do Servidor (Fumpres), foi anunciada pelo presidente Geraldo Júnior (SD) durante a sessão ordinária. A matéria que passa a tramitar na Casa Legislativa terá data de votação anunciada na próxima segunda-feira, em reunião do Colégio de Líderes, às 16h30.

Na próxima quarta-feira, dia 11, o secretário municipal de Gestão, Thiago Dantas, virá à Câmara para esclarecer dúvidas dos vereadores, após a sessão ordinária.

De acordo com o prefeito ACM Neto (DEM), por meio da Mensagem nº 03/20, "as alterações propostas por meio da emenda têm objetivo de adequar às normas relativas à concessão

de aposentadoria e pensão por morte do Regime". Além da definição dos parâmetros de idade e tempo de contribuição visando ao equilíbrio financeiro, a proposição trata da revogação dos artigos incompatíveis com as normas da Emenda Constitucional nº 103/19.

Idades mínimas - A Prefeitura de Salvador propõe, para os novos servidores que ingressarem na carreira a partir de agora, idades mínimas um ano menores do que as definidas pela União. Segundo o Executivo, o texto enviado ao Poder Legislativo estima para os novos funcionários públicos municipais 64 anos para homens e 61 anos para mulheres.

Para os servidores professores do ensino médio e fundamental, as idades mínimas propostas são de 59 anos (homens) e 56 anos (mulheres), além de ser preciso ter 25 anos de contribuição, 10 anos de serviço público e 5 anos de exercício no cargo para o qual o benefício é solicitado.

No projeto apresentado o benefício de pensão por morte é de 50%, assim como a regra federal, só que acrescidos de 15% por dependente.

Outro ponto destacado pela Prefeitura é a criação de uma Poupança Pública para o Fundo de Previdência, com alíquota extraordinária custeada pelo Tesouro municipal e cujo montan-



CHEGOU à Câmara Municipal de Salvador, na tarde de ontem, a proposta de reforma da Previdência municipal

te não pode ser utilizado pelo período de 25 anos. Essa alíquota é de 0,8% sobre a folha dos servidores ativos, podendo chegar a R\$ 830 milhões neste período.

Pensão por morte - Outro avanço da proposta municipal em relação à nova legislação federal envolve a concessão da pensão por morte. Na regra federal, o valor da pensão é de 50% do vencimento, acrescido de uma cota de 10% por dependente.

Nesse caso, para se alcançar 100% do benefício, é preciso haver cinco dependentes. No projeto da Prefeitura, o benefício também é de 50%, só que acrescidos de 15% pode dependente. Dessa forma, se alcan-

ça os mesmos 100% com quatro dependentes.

Poupança Pública - A proposta encaminhada hoje à Câmara faz parte do Programa de Renovação da Previdência do município, aquele que trata da renovação da legislação.

Além dos pontos citados acima, um dos destaques do projeto é a criação de uma inédita Poupança Pública para o Fundo de Previdência, com alíquota extraordinária custeada exclusivamente pelo Tesouro municipal e cujo montante não pode ser utilizado pelo período de 25 anos. Essa alíquota é de 0,8% sobre a folha dos servidores ativos, podendo chegar a R\$830 milhões nesses 25 anos.